

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

**FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E
O ADOLESCENTE: É POSSÍVEL ROMPER COM ESTE CENÁRIO?**

ILCÉLIA ALVES SOARES

RECIFE

2009

ILCÉLIA ALVES SOARES

**FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E
O ADOLESCENTE: É POSSÍVEL ROMPER COM ESTE CENÁRIO?**

Dissertação a ser apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, em cumprimento de exigência para obtenção de título de Mestra em Psicologia Clínica, sob orientação da Professora Dra. Albenise de Oliveira Lima.

RECIFE

2009

S676f

Soares, Ilcéia Alves

Família em situação de violência doméstica contra a criança e o adolescente : é possível romper com este cenário? / Ilcéia Alves Soares ; orientador Albenise de Oliveira Lima, 2009.

118 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica : família e integração social, 2009.

1. Psicologia clínica. 2. Violência familiar - Aspectos psicológicos. 3. Crianças e violência - Aspectos psicológicos. 4. Abuso psicológico. 5. Adolescentes e violência - Aspectos psicológicos. 6. Pais e filhos.
I. Título.

CDU 159.964.2

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Maria de Fátima de Souza Santos
Primeira Examinadora

Professora Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias
Segunda Examinadora

Professora Dra. Albenise de Oliveira Lima
Orientadora

A vida sempre foi boa comigo.
Quando soube que o meu coração
estava carregado de sombras,
e que ele só se alimentava de luz,
abriu uma janela no meu peito
para que por ela possa entrar
o resplendor do orvalho,
o fulgor das estrelas
e o invisível arco-íris do amor.

Thiago de Mello

À Ilce, minha mãe, que confere sentido à minha vida e continente de afeto para a realização deste Mestrado.

E a Pedro Paulo e Yago, meus queridos sobrinhos, “reparto a minha esperança e planto a clara certeza da vida nova que vem”.

E ao meu querido amigo, Joelson Félix, manifestação viva de que “família é alguém com quem você pode contar”, pela generosidade e presença constante nesta trajetória e na minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Albenise de Oliveira Lima que, de forma ética e competente, acompanhou o percurso da orientação deste trabalho e por acreditar no desafio que esse tema representa.

À Professora Zélia Maria de Melo, *in memorian*, minha gratidão pelo seu apoio e estímulo para continuar discutindo a temática da violência doméstica.

À Professora Cristina Brito, por seu empenho em transmitir conhecimento e carinho, ao longo do Curso.

Ao Professor Jorge Cândido que, pacientemente, acompanhou-me nos desafiantes caminhos das línguas inglesa, francesa e portuguesa, ensinando e corrigindo meus deslizes gramaticais. E, em alguns momentos, traduzindo-os.

Às famílias entrevistadas, por disponibilizarem tempo e confiança na partilha de suas histórias.

A Maria Ângela Franco, pela presteza e carinho.

Aos colegas do Mestrado: Berthane, Lúcia, Alexandre, Edvânia e Paula, por compartilharem desta jornada, de forma afetuosa e solidária.

A Vladya Lira e Ana Ghelman, amigas que apoiaram e acreditaram na realização deste Mestrado.

A Mônica Caluete, suporte necessário e sensibilidade, durante essa caminhada.

A Dalva Pereira, por sua amizade e bom humor, em qualquer tempo.

A Érika Serur, amiga querida, com quem compartilho a arte da vida e do espaço acadêmico.

A minha querida amiga Socorro Alves, com quem dividi as alegrias, dores e afetos, durante nossa caminhada no Mestrado.

Ao meu querido pai, Alcides, *in memorian*, pelo incentivo ao estudo e ao viver poético.

Ao meu irmão, Aldenor, por seu carinho e disponibilidade em contribuir com seus inquietantes e ricos comentários sobre a temática da violência doméstica.

A Arthur Cavalcanti e David Morales, Eduardo Mendes e Luciano Guimarães, José Domingos e Roberto Duarte, Edson Alves e Mário Lopes, amigos queridos, com os quais compartilho a vida e vivencio o respeito à diversidade.

A João Peixoto, por seu apoio e atenção em tempos difíceis.

A Carla Maldonado, por introduzir esta temática em minha caminhada profissional e por suas iluminadas colaborações.

A Elisângela de Moura e Noemi Glasner, pelo carinho e amizade que amenizam as adversidades do cotidiano e por partilharem a coordenação do Espaço Vida.

A Maria Luiza Duarte, coordenadora do Coletivo Mulher Vida, por sua competência em viabilizar a rede de apoio, fundamental para a realização da Pesquisa.

A Severina Araújo, Rosana Alves, Maurília Silva, Luzinete Silva, Joseval Ramos, Mônica Gomes, Melina Pimentel, Dolores Amaya, pessoas queridas que compõem o Coletivo Mulher Vida, pela disponibilidade e carinho.

A Cristina e Fernanda Siqueira, família querida que acolhe os “agregados” com alegria e carinho.

A Ediva e Edneuzza Freitas, minha tias queridas, presentes em minha vida, sempre me encorajando e manifestando seus afetos.

RESUMO

A violência doméstica contra a criança e o adolescente é considerada um fenômeno multifacetado que diz respeito às relações com abuso de poder entre pessoas que estabelecem vínculo afetivo de parentesco e/ou de convivência. Seu *locus* de manifestação tem sido a família em que, os adultos – pais e mães – são os autores, sujeitos e produtores dessa violência, enquanto as crianças e os adolescentes têm sido as pessoas que vivem em situação de violência doméstica. É um drama familiar que se constitui no coletivo, atravessado pela cultura, economia, religião e política. É neste cenário que o presente trabalho se desenvolve. Norteadado por uma metodologia de natureza qualitativa, tem como objetivo compreender como as famílias, em situação de violência doméstica, atendidas por uma Organização Não-Governamental rompem com este cenário. Os participantes foram cinco famílias compostas por adultos, crianças e adolescentes, atores sociais que residem na cidade de Recife e Região Metropolitana. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada com perguntas concernentes à ruptura da violência doméstica contra a criança e o adolescente. Os dados coletados foram submetidos à Análise de Conteúdo, com o propósito de identificar os núcleos de sentidos que englobam quatro eixos temáticos: violências identificadas; vínculos: relações de afeto e poder; dinâmica familiar e processo de ruptura e caminhos para o rompimento. Através da análise do material coletado nas entrevistas, foi identificada a presença de violência física e psicológica doméstica no seio da família, sendo a mulher e mãe a principal autora dessas violências contra seus filhos e filhas. No entanto, o que chama atenção nas famílias pesquisadas é que a ruptura da violência doméstica começa a partir das próprias autoras, quando rompem com o pacto do silêncio, falando sobre as violências vividas, em um grupo de discussão composto por mulheres, facilitado por uma Organização Não-Governamental. As considerações finais sinalizam que: refazer os seus vínculos de afeto, rever e modificar sua dinâmica familiar e romper com a violência doméstica ocorreram a partir do rompimento do pacto do silêncio, ao estabelecer relações para além do convívio familiar.

Palavras-chave: ruptura; violência doméstica; família.

RESUMEN

La violencia doméstica contra niños y adolescentes es considerada como un fenómeno multifacético que trata las relaciones de abuso de poder entre personas que establecen vínculo afectivo y/o de convivencia. Su *locus* de manifestación ha sido la familia en la cual, los adultos – padres y madres – son los autores, sujetos y productores de esa violencia, mientras que los niños y adolescentes han sido los que viven en situación de violencia doméstica. Es un drama familiar que se constituye en lo colectivo, atravesado por la cultura, economía, religión y política. En este escenario es donde el presente trabajo se desarrolla. Norteado por una metodología de naturaleza cualitativa tiene por objetivo comprender en que forma las familias en situación de violencia doméstica, atendidas por una Organización No Gubernamental, rompen con este escenario. Quienes participaron fueron cinco familias compuestas por adultos, niños y adolescentes, actores sociales que residen en la ciudad de Recife y Región Metropolitana. El instrumento utilizado fue la entrevista semiestructurada con preguntas concernientes a la ruptura de la violencia doméstica contra niños y adolescentes. Los datos recogidos fueron sometidos a análisis de contenido, con el propósito de identificar los núcleos de sentidos que engloban cuatro ejes temáticos: violencias identificadas; vínculos: relaciones de afecto y poder; dinámica familiar y proceso de ruptura y caminos para el rompimiento. A través del análisis del material recogido en las entrevistas, fue identificada la presencia de violencia física y psicológica doméstica en el seno de la familia, siendo la mujer y madre la principal autora de ese tipo de violencia contra sus hijos e hijas. Sin embargo, lo que llama la atención en las familias estudiadas, es que la ruptura de la violencia doméstica comienza a partir de las propias autoras cuando rompen con el pacto de silencio hablando sobre las experiencias de violencias vividas en un grupo de discusión compuesto por mujeres, facilitado por una Organización No Gubernamental. Las consideraciones finales señalan que rehacer sus vínculos de afecto, revisar y modificar su dinámica familiar y romper con la violencia doméstica ocurrieron a partir del rompimiento del pacto de silencio en el momento en que establecieron relaciones para ir más allá de la convivencia familiar.

Palabras Clave: ruptura; violencia doméstica; familia.

ABSTRACT

Domestic violence against children and adolescents is considered as multifaceted phenomenon that is concerned to relations with power misuse among persons that would establish kinship and/or living together affective ties and they do not act like this. Its – domestic violence – manifestation *locus* has been the family which the adults – fathers and mothers, i.e. parents, are themselves authors in, this violence subjects and producers, while the children and adolescents have, for their side, have been the persons that live under domestic violence situation. This is a familiar drama that has been framed within the collective world, transverse culture, economy, religion and politics. It is in this scenario that this work has been developed. Guided by a qualitative nature methodology, it – this work – aims at understanding the way families, within a domestic violence situation, attended by a Non-Governmental Organization, break through this scenario. Five families, constituted by adults, children and adolescents, all of themselves social actors that dwell in Recife city and its – Recife's – Metropolitan Regions have been participants in this research. The used instrument was the semistructured interview with questions concerning the domestic violence rupture against children and adolescents. The collected data have been subdued to a Content Analysis, aiming at identifying the senses that embody four thematic axes: identified violences, ties, affection and power relations, familiar dynamics and rupture process and ways toward to breaking out. Through material analysis, collected in the interviews, it has been identified domestic physical and psychological violence presence within families, being the woman and the mother these violences against her sons and daughters principal author. However, which attracts full attention among the researched families in the fact that the domestic violence rupture starts from the authors themselves, as they break out with the silence pact and start speaking about it, revealing the violence they have lived through and they have spoken out in a discussion group, constituted by women, which was dully made easy by a Non-Governmental Organization. The final considerations signal that: remaking their affection ties, reviewing and modifyind their familiar dynamics and breaking out with the domestic violence happened departing the silence pact rupture, as they establish relations further beyond their familiar living together.

Key words: rupture; domestic violence; family

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. VIOLÊNCIAS E FAMÍLIAS: UM OLHAR NA HISTÓRIA	18
2.1 Violências no seio da família: um despertar científico	23
2.2 Violências contra a criança e o adolescente: tecendo sobre a terminologia e suas implicações	26
2.3 Violência doméstica contra a criança e o adolescente na família: fenômeno multifacetado, o caminho para a sua ruptura.	31
2.4 Organizações Não-Governamentais: construindo redes por uma cultura não-violenta	38
3. O MÉTODO	40
3.1 O <i>locus</i> da pesquisa	42
3.2 Participantes: famílias que tecem sua história	43
3.3 Instrumento: conversa com finalidade, enquanto tecida	44
3.4 Procedimento ético para a coleta de dados: tecendo a trama da vida	45
3.5 Procedimentos para a coleta dos dados: um desafio à flexibilidade de tecer	46
3.6 Procedimento de análise das entrevistas: tecer uma rede de significado	48
4. FAMÍLIAS ENTREVISTADAS: APRESENTAÇÃO DE SUAS REALIDADES	50
4.1 A Família de Dona Rosa e o Sr. Cravo	50
4.2 A Família de Dona Margarida, Flor de Liz e Lírio	52
4.3 A Família de Dona Orquídea e Jasmin	54
4.4 A Família de Dona Acácia	56
4.5 A Família de Dona Dália	58
4.6 Quadro das violências vivenciadas por cada família	60
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ARTE DE TRANÇAR OS FIOS	61
5.1 Unidades de sentido: tecendo com as linhas da vida	62
5.1.1 Violências identificadas	62
5.1.2 Vínculos: relações de afeto e poder	74
5.1.3 Dinâmica familiar e o processo de ruptura	84
5.1.4 Caminhos para o rompimento	88
5.1.4.1 Como cada família construiu seu caminho para o rompimento	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	103

ANEXO	109
ANEXOS I: Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	110
ANEXO II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	111
ANEXO III: Breve Histórico da Organização Não-Governamental	114

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Dados sócio-demográficos das famílias	44
Quadro II – Violências vivenciadas por cada família	60

1. INTRODUÇÃO

Já choramos muito, muitos se perderam no caminho.
Mesmo assim não custa inventar uma nova canção
que venha nos trazer sol de primavera (Beto Guedes).

A sociedade contemporânea tem sido palco de injustiças e desigualdades sociais, assim como, das diversas manifestações de violências que vêm se ampliando intensamente, em virtude do contexto sociopolítico que aviva desequilíbrios, dos mais variados, em nosso país.

Uma dessas manifestações é a violência doméstica, considerada hoje, pelas pesquisadoras – Azevedo e Guerra (1995), Minayo (2002), Santos (2004) – como um problema social de grande dimensão que abala toda a sociedade, o qual atinge, de forma continuada, especialmente, mulheres, crianças, adolescentes, idosos/as e pessoas com deficiências. E a família tem sido *locus* da manifestação dessa violência.

Pesquisa realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, s/d) revela que 63% das vítimas de violência, no espaço doméstico, são mulheres, e que, destas, 43,6% têm idade entre 18 e 29 anos; e outras 38,4% entre 30 e 49 anos. Entre 70% dos casos, os autores de violências são os próprios maridos ou companheiros. Segundo informações colhidas nas Delegacias de Mulheres, em 1993 ocorreram 11.000 estupros, em 12 grandes cidades brasileiras e 01 agressão à mulher, a cada 04 minutos. Conforme o Ministério da Saúde (s/d), a violência, nas relações de casal, é tão ampla que assume um caráter endêmico.

De acordo com o dossiê de 2006, realizado pelo Fórum de Mulheres, Articulação de Mulheres do Brasil e Juventude Feminista, em Pernambuco, nos últimos quatro anos, foram assassinadas 1.193 mulheres. Somente em 2006 aconteceram 55 homicídios de mulheres na

faixa etária entre 24 e 37 anos; e os autores de violência, geralmente, são homens conhecidos das mulheres com os quais elas têm relações de proximidade, como os maridos, namorados, vizinhos e/ou parentes. De acordo com a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), das 4.514 vítimas de homicídios, no ano de 2008, 279 foram mulheres. De junho de 2000 a janeiro de 2009, o Disque Denúncia registrou 5.308 ocorrências de violência contra a mulher. Recife, com 45% das ocorrências, apresenta o maior índice de violência no Estado, seguido por Jaboatão dos Guararapes com 16%, Olinda com 13%, Paulista com 8% e os 18% restantes em outros municípios do Estado de Pernambuco, recordista em casos de violência contra a mulher no Brasil.

Quanto à violência contra os idosos, no Brasil, a experiência de alguns serviços de denúncia e de proteção aos idosos expressa que, geralmente, as vítimas são mulheres viúvas, em idade avançada e que moram em companhia da família. A Promotoria de Atendimento ao Idoso, em São Paulo, recebe queixas de violência contra o/a idoso/a por Instituições e familiares, e 40% das 60 denúncias semanais dizem respeito à violência doméstica contra eles. O Diário de Pernambuco constatou, em 2007, um aumento de denúncias de violência contra idosos/idosas, principalmente no contexto familiar pernambucano. Registra-se, ainda que, de acordo com o balanço realizado pelo Ministério Público, apenas dois casos chegaram em 2002 ao Disque Denúncia, enquanto no período de janeiro a 31 de julho de 2007 foram registrados 156 casos. E até maio de 2009, a Delegacia do Idoso do Recife registrou 363 casos de violência doméstica contra pessoas maiores de 60 anos.

Em nosso país, não existem dados oficiais sobre a dimensão do problema da violência doméstica contra pessoas com deficiências; entretanto, segundo informações colhidas na Delegacia da Mulher e da Criança, em São Paulo, tem se identificado que, geralmente, crianças e adolescentes – com deficiência mental e/ou distúrbio de comportamento – são contidos com cordas, ataduras ou isolados em quarto, sem qualquer estímulo e, em alguns

casos, foi observada, ainda, a administração exagerada de medicamentos e álcool. Essas pessoas – crianças e adolescentes – moram com seus pais e familiares.

Quanto à violência doméstica contra a criança e o adolescente, também existe uma subnotificação bastante significativa, porém encontramos alguns dados que sinalizam a gravidade do problema. A exemplo disso, uma pesquisa realizada pelo Comitê Latino Americano de Estudos sobre a Violência (CLAVES), em Duque de Caxias – RJ, em 1991, mostra que 52,8% dos 1.328 adolescentes entrevistados (entre 11 e 17 anos) relataram sofrer violência por parte de ambos os pais. Outra Pesquisa, em 1998, coordenada pela Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR), em Porto Alegre e Região Metropolitana, identificou 1.754 casos de violência: desses, 80% ocorreram dentro de casa.

A Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco – GPCA registrou, no ano de 2008, mil e quarenta e sete casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, subdivididos por tipos de violência, dos quais 65,9% foram de violência física, 10,9% de violência sexual, 16,0% de violência psicológica e 7,2% de negligência. E quanto aos autores dessas violências, foram apontados pais, mães, padrastos, madrastas, tios/tias e avós. Entre esses casos, no que diz respeito às pessoas que viveram em situação de violência, 60,1% eram meninas e 39,9%, meninos.

Face à realidade exposta, compreende-se que, tanto a violência doméstica contra a criança e o adolescente, contra o idoso/a, contra as pessoas com deficiência, quanto a violência de gênero contra mulheres têm se manifestado no contexto familiar. E entende-se que, assim como diversas são as pessoas que vivem em situação de violência de gênero e/ou doméstica, diversas também são as formas como se apresenta este fenômeno multifacetado, que diz respeito às relações de poder abusivo e desigual, estabelecidas através de vínculos violentos.

É relevante considerar, ainda, que cada família vivencia as manifestações dessas violências com dinâmica própria, atribuindo diferentes afetos e sentidos às suas vivências, nesse *locus* familiar, afetados por todo um processo social, político, cultural, econômico e histórico.

Diante das diversas formas de manifestações de violências na família contra mulheres, idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência, e da complexidade que envolve a temática, foi escolhido centrar, neste estudo, apenas a violência doméstica contra a criança e o adolescente, na família, tendo em vista, primeiramente, que abordar as violências contra a mulher, o idoso, a pessoa com deficiência, na família, poderia enriquecer a pesquisa, todavia ultrapassaria em muito o escopo desta dissertação.

Foi considerado, como segundo motivo, o interesse inicial por esta temática que emergiu a partir de uma prática clínica com adolescentes e famílias que exteriorizavam os próprios sentimentos e dores do seu viver, em função da situação de violência doméstica e vulnerabilidade social. Contudo, essas pessoas traziam em suas falas o desejo de romper o ciclo da violência.

O terceiro motivo surge diante da inquietação provocada por essas falas dos adolescentes, expressando o desejo de não continuar vivendo essa situação de violência. E, concomitantemente, recorrendo-se à literatura relacionada com a violência doméstica, eram suscitados questionamentos: é possível que esses adolescentes rompam com a violência na família? E se possível, como se concretizaria essa ruptura? Quais os possíveis caminhos a serem percorridos por eles em direção a essa ruptura?

Em quarto lugar, por levarmos em conta a concepção construída socialmente nessa época, de que essas adolescentes necessitavam de proteção e defesa diante da violência vivida na família, surgindo, então, a reformulação de conceitos e a noção de que as crianças e os adolescentes sejam considerados sujeitos de direitos.

A realização do Mestrado possibilitou o espaço para a articulação entre a teoria e a prática onde foi encontrado continente para o aprofundamento da temática. Nesse contexto, configura-se o recorte de nossa pesquisa: a família em situação de violência doméstica contra a criança e o adolescente, sobre os quais se lança um olhar com o propósito de compreender como é possível romper com este cenário.

Diante disso, delinea-se o objetivo desta pesquisa, que é compreender como famílias compostas por adultos e adolescentes, em situação de violência doméstica, atendidos por uma Organização Não-Governamental, rompem com este cenário. E, especificamente, deve-se distinguir o tipo de violência doméstica que a família está vivenciando; investigar como autores de violência/adultos e pessoa em situação de violência/adolescente estabelecem os vínculos, as relações de afeto e poder, compartilhando e vivendo, no mesmo espaço de tensão e violência; identificar como a dinâmica familiar modifica e é modificada pelo processo de ruptura da violência doméstica e verificar se os vínculos estabelecidos, na família, favorecem ou dificultam o processo de ruptura da violência doméstica.

Nessa perspectiva, no primeiro Capítulo, intitulado de Violências e Famílias: um olhar na História, será trilhado um breve percurso, situando as manifestações da violência, como aspecto particular de cada cultura, compreendida enquanto produção histórica, afetada por uma teia política, social, econômica e religiosa. Em seguida, será contextualizada a Família como *locus* de violência e considerado que a ruptura é possível, nesse contexto, quando se rompe o pacto do silêncio e se estabelecem outros vínculos para além da fronteira familiar.

No segundo Capítulo, buscar-se-á delinear o percurso metodológico que possibilitou a compreensão do fenômeno, mediante a pesquisa de natureza qualitativa, fundamentando a análise dos dados através do método de Análise de Conteúdo.

O terceiro Capítulo constará, de forma breve, da história de cada família entrevistada, com o propósito de apresentar os aspectos que dizem respeito à cultura doméstica e social de

cada uma delas. Serão tecidos alguns comentários com o propósito de responder, de forma concisa, aos questionamentos, realizados sobre a temática da violência doméstica contra a criança e o adolescente.

No quarto Capítulo, será feita uma articulação entre a teoria e a prática através da análise e discussão dos dados, caminho percorrido por meio das análises do sentido, confeccionadas a partir das falas de cada família que sinalizou o percurso, o processo da ruptura da violência doméstica.

E, por fim, as considerações finais sinalizarão que a ruptura da violência doméstica contra a criança e o adolescente começa a partir do rompimento do pacto do silêncio, ao estabelecer relações para além do convívio familiar, quando mulheres e adolescentes, falando sobre as violências vividas – em espaços proporcionados por uma Organização Não-Governamental – apropriam-se do conhecimento do que é violência e descobrem que podem refazer os seus vínculos de afeto, rever e modificar sua dinâmica familiar e encontrar caminhos para o processo de ruptura desta violência.

2. VIOLÊNCIAS E FAMÍLIAS: UM OLHAR NA HISTÓRIA

Pais, não provoqueis a ira a vossos filhos! Senão não somos pais, mas inimigos para eles, não são nossos filhos, mas nossos inimigos e isto por culpa nossa! Como acusar nossos filhos, se eles nos retribuem o que fizemos com eles? (Dostoiewski).

Violência e família têm sido objetos de discussões por parte de vários teóricos de diferentes áreas. Talvez porque a violência tem a sua ocorrência cada vez mais evidenciada na sociedade contemporânea; e a família, por estar desconstruindo seus modelos e valores tidos como sagrados e universais. Entretanto, percebe-se que a existência de ambas não é exclusividade da contemporaneidade, uma vez que se encontram presentes em várias épocas da história da humanidade, manifestando-se em momentos distintos, com nomenclaturas e configurações diversas e aspectos particulares de cada cultura.

Nesse contexto, a violência e a família são compreendidas como produção histórica, em realidades diversas, afetadas por uma teia política, social, econômica, cultural e religiosa. Portanto, entende-se que a violência não tem natureza, e tão pouco essência. Como diria Foucault (1981), ela é fabricada pelos mecanismos de saber e poder, e construída em uma rede de relações sócio-históricas.

Então, pensar a violência e a família enquanto mecanismos de poder é também apreendê-las a partir de um mergulho histórico, problematizando-as e contextualizando-as, com o propósito de evitar a sua naturalização e essencialização. Portanto, devem ser compreendidas, no âmbito da sociedade, marcadas por uma historicidade que relativiza os termos e dialoga com a construção de suas manifestações nos processos coletivos sociais, políticos e culturais.

No que diz respeito à violência, suas manifestações podem ser caracterizadas como disfunção estrutural, urbana, política, social, compondo um cenário que afeta entropicamente

a todos e todas, criando vítimas, ou melhor, pessoas que vivem em situação de violência, como por exemplo, crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, Guerra (1998, p. 28) considera que a violência estrutural não é a “única forma de fabricar crianças-vítimas”, mas, mesmo não tendo necessariamente pontos em comum, a violência doméstica também produz suas vítimas. Por sua vez, coexistem nas relações com abuso de poder, na convivência desigual e adultocêntrica, em meio ao adulto/autor de violência (sujeito e produtor de violência) e a criança-adolescente/pessoa em situação de violência (objeto de violência). Nesse caso, violência essa que encontra lugar de manifestação na comunidade, na casa e na família.

Essa “violência” contra “crianças” e “adolescentes” (categorias estas também convencionadas pela cultura e datadas historicamente), tem se apresentado, ao longo da história, com terminologias e formatos próprios, estando presente também na mitologia e nas religiões. Na verdade, a “violência” – como um fenômeno “convencionado”, a saber, condicionado pela cultura e pela história –, não poderia jamais ser visada a partir de lugar algum ou de um lugar absoluto, pois todo aquele que a visa e busca compreendê-la o faz a partir de um *locus* epistemológico específico.

Quando Camargo e Buralli (1998) fazem menção a Damergian (1986) e registram que este, ao examinar os documentos históricos, percebe o filicídio coexistindo com a iniciação da maioria dos processos mitológicos ou religiosos, que estão nas origens do procedimento sócio-histórico-cultural dos povos.

Camargo e Buralli (1998) acrescentam ainda que se confirma tal registro na Bíblia (1999) - conjunto de livros de referência à fé e prática dos cristãos - quando relata os sofrimentos de meninos e meninas, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. A exemplo disso, ao narrar a História do povo Hebreu, o Antigo Testamento cita o caso de Abrão que quase sacrificou seu filho Isaac como prova de obediência a seu Deus, e o relato sobre a determinação do Faraó em jogar no rio todos os meninos, por ocasião do nascimento de

Moisés. Ainda na Bíblia, no Novo Testamento, por ocasião do nascimento e perseguição do menino Jesus, o rei Herodes, em Belém, mandou exterminar todas as crianças menores de dois anos de idade. Segundo Amaral e Mattioli (2004, p.149):

Na tradição judaica, a criança sofria abandono tanto pelos pais como pelo Estado. O ato dos pais de desampararem seus filhos era perfeitamente aceito, já que estes tinham poder de vendê-los, caso necessitassem ou simplesmente não quisessem dividir os bens.

Dessa forma, ao analisar processos sociais de outras temporalidades e culturas – denominando-os de “violentos” –, esta pesquisadora o faz a partir de seu próprio lugar social, cultural e temporal; não esquecendo o fato de que, para cada cultura, aquilo que denominamos “violência” pode não receber necessariamente essa mesma valoração e sentido. Assim sendo, o relato de fatos históricos a ser realizado em seguida, não pretende julgar tais culturas a partir de valores contemporâneos, considerando o fato de que essas culturas somente podem ser compreendidas adequadamente, a partir de suas próprias lógicas e teias de significados.

Segundo Azevedo e Guerra (1995), discutindo o incesto pai-filha como algo presente na História, compreendido em uma cultura patriarcal, tanto na tradição judaico-cristã quanto na tradição islâmica, a filha solteira era, antes de tudo, filha do pai. Pode-se assim entender, de acordo com o exposto pelas supracitadas autoras, por que as punições e penalidades eram aplicadas ao incesto mãe-filho e não ao incesto pai-filha. Azevedo e Guerra (1995) continuam argumentando que:

[...] embora o comportamento de um par incestuoso não tenha sido nunca explicitamente encorajado, também não tem sido sempre condenado. O antigo historiador Heródoto (Século V a.C.) fala de um rei do Egito que ‘tomado de paixão por sua filha, violou-a’. A filha, envergonhada, matou-se e a mãe amputou as mãos das escravas por não terem ‘evitado o ultraje’, mas ninguém puniu o pai (...). O Papa Alexandre VI (Século XV) anunciava publicamente ser o pai das crianças de sua filha. Também no Século XV, Beatriz Cenci planejou a morte de seu pai, Francis Cenci, um criminoso, (...) que a havia estuprado. A despeito de toda evidência que ela reuniu em sua defesa e apesar do enorme apoio e simpatia popular que recebeu, Beatriz Cenci foi decapitada (AZEVEDO e GUERRA, 1995, p. 58-59).

Todavia, ao registrar as variadas formas culturais em que o fenômeno aqui denominado “violência” se apresenta em vários contextos sociais, através do tempo, tem-se como propósito registrar a incidência recorrente do fenômeno “violência” ou de fenômenos claramente análogos, apesar de passíveis de leituras culturais diferenciadas.

Mais do que descrever eventos ou processos ocorridos em outras culturas, pretende-se mesmo é pensar criticamente sobre tais processos e eventos de “violência” que implicam, conseqüentemente, em relê-los a partir de um aporte teórico afetado por uma teia política, social, econômica, cultural, religiosa e histórica.

De volta às civilizações antigas, relatos diversos foram encontrados e descritos por historiadores, sociólogos e antropólogos sobre a existência de infanticídios, sacrifícios, castigos, incestos, filicídios e outros atos distintos praticados por adultos contra crianças e adolescentes, muito embora tudo isso não fosse considerado violência naquele contexto histórico. A exemplo disso, na Grécia Antiga, quando os meninos e meninas encontravam-se doentes e/ou apresentavam alguma deformidade física poderiam ser mortos ou abandonados, especialmente se fossem meninas. No Século IV a.C., há relatos de que as meninas eram sacrificadas aos deuses. Na Mitologia, Medéia matou os filhos para vingar-se de Jasão, seu marido, e Cronos devorou seus filhos recém-nascidos, para que nenhum deles viesse a usurpar o seu trono. Em Roma, por exemplo, era muito comum abandonar as filhas e filhos indesejados; as meninas ficavam sob custódia do homem mais velho da família, o *paterfamiliae* (o chefe da família). De acordo com a Lei Romana, ele tinha poder sobre a vida e a morte de todos os membros da família (AZAMBUJA, 2004).

Além disso, ao lançar o olhar para a Europa Ocidental, em um outro momento histórico, a eliminação de crianças, ditas defeituosas, foi realizada como estratégia para alcançar a “pureza racial”. E na Ásia, em particular na China Oriental, o infanticídio era praticado como controle populacional (AZAMBUJA, 2004).

Igualmente, direcionando-se o olhar, especificamente ao Brasil, desde o período da colonização, ou melhor, desde a travessia do Atlântico pelos portugueses, os meninos e meninas, que eram nomeados como “os miúdos”, principalmente na condição de passageiros, quando acompanhavam seus pais e parentes, ou mesmo os meninos quando escolhidos para serem grumetes e pajens, nas embarcações portuguesas, sofriam diversas formas de castigos, abusos e abandonos.

Segundo Ramos (2007), os meninos selecionados para servirem como grumetes, por exemplo, apresentavam faixa etária “entre nove e dezesseis anos, e não raras vezes, com menor idade” (p. 22). Ramos ainda afirma que os meninos – crianças e adolescentes – realizavam a bordo todo tipo de serviços pesados, sofriam várias privações, alimentavam-se de água podre e biscoitos mofados. Alguns “recebiam chicotadas e eram postos a ferros (acorrentados ao porão) caso desobedecessem às ordens dos oficiais, sendo ainda por vezes ameaçados de morte” (p. 30) e, sobretudo, sofriam de sevícias e “estupros coletivos praticados por marinheiros e soldados” (p. 36).

Por sua vez, Del Priore (2007) acrescenta que os pais costumavam esquecer seus filhos no navio, às vezes, durante o naufrágio, enquanto tentavam socorrer suas próprias vidas e os comandantes preferiam salvar barris com biscoitos a crianças e adolescentes que os serviam. Del Priore (2007, p. 96) comenta, ainda, que no Brasil colonial “a boa educação [...] implicava castigos físicos e as tradicionais palmatórias.”

Os padres da Companhia de Jesus, em 1549, trouxeram, junto com seus ensinamentos, os castigos e as ameaças para crianças e adolescentes do Brasil Colônia. Guerra (1998, p. 77) menciona que estavam “[...] reservado àqueles que pensavam faltar à escola jesuítica palmatórias e o tronco. A reação indígena a tal tipo de prática era de indignação e, muitas vezes, abandonavam o local de estudo por este motivo”, dado o fato de que, segundo a autora citada, esses índios não recorriam a castigos físicos para educar os seus filhos e filhas.

Sobre o mesmo período histórico, relata Guerra (1998, p. 77), baseada no estudo de Neves (1992) sobre violência-escravidão, que as crianças escravas “[...] passavam por castigos físicos como palmatória, chicotes, instrumentos de suplício (máscara de flandres, anjinhos etc.) e por sevícias sexuais como estupros perpetrados por rapazes brancos [...]” e que, por outro lado, “[...] quando tais fatos foram denunciados às autoridades competentes nada se fez para coibir ou mesmo punir os transgressores. Muitas crianças eram simplesmente devolvidas a seus proprietários, sem nenhuma providência legal”, segundo Guerra (1998, p. 79).

Ainda para a referida autora, em todos os períodos históricos brasileiros, Brasil Colônia (1500-1822), Brasil Império (1822-1889) e Brasil República (1889 em diante), as crianças – quer sejam brancas, negras, ricas, pobres, do sexo masculino ou feminino – têm sofrido todo tipo de violência, desde os castigos físicos, entendidos como práticas para disciplina e educação, aos abandonos e abusos sexuais.

2.1 Violência no seio da família: um despertar científico

A violência contra a criança e o adolescente é um fenômeno datado historicamente e, enquanto despertar científico é algo muito recente, demarcado pela especificidade da violência praticada por pais e responsáveis contra as crianças e os adolescentes. Por volta de 1860, na França de Napoleão III, Século XIX, através de Ambroise Tardieu, professor de Medicina Legal, médico, Presidente da Academia de Medicina de Paris, foi publicado o primeiro estudo científico intitulado: “*Ètude médico-legale sur les sevices et mauvais traitements exerces sur des enfants*”.

O Dr. Tardieu, no referido estudo, coloca em evidência a família e o lar, não somente como o lugar de proteção e cuidado, mas também como palco de violências, inseguranças e

medos, numa época em que as crianças e as mulheres eram submetidas à autoridade do patriarca como algo natural, legitimada por ideólogos que concebiam a ideia de crianças como pequenos bárbaros e pelo próprio Napoleão III, que, em seus discursos, clamava a autoridade do patriarca da família e corroborava o lugar desta na ordem do privado.

O Dr. Ambroise Tardieu constatou que as crianças sofreram violências, nomeadas por ele, como maltratos, sevícias e crueldade; diz que pais e responsáveis “[...] usam seus corpos, extinguem os primeiros clarões de sua razão e abreviam a sua existência [...]” (TARDIEU, s/d, p. 362), mostrando, ainda, que estes mesmos pais, que lhes deram a vida, podem ser nocivos aos filhos e, em alguns casos, podem levá-los a óbito. Segundo Azevedo e Guerra (1995, p. 39), o referido médico também descreveu em seu estudo “certas características de comportamento dos pais e identifica algumas condições socioculturais associadas ao fenômeno”.

Cem anos depois, em 1962, nos Estados Unidos, século XX, retoma-se a discussão com os Drs. Kempe e Silverman, nomeando o fenômeno da violência sofrida pelas crianças e bebês no seio de suas famílias como a “Síndrome da Criança Espancada”, segundo Azevedo e Guerra (1995). Os estudos realizados por esses médicos se referiam à violência física (hematomas, fraturas diversas, queimaduras) e para seu diagnóstico era necessário, além de ouvir os relatos dos pais, fazer uso dos seus instrumentos de trabalho: as evidências radiológicas e clínicas, tendo em vista que as várias explicações apresentadas pelos pais eram inadequadas e inconsistentes, diante da gravidade e das evidências físicas dos casos estudados. Azevedo e Guerra (1995) acrescentam que a retomada da discussão sobre a violência contra a criança e o adolescente, nos Estados Unidos, esteve estreitamente afetada pelas condições sócio-econômico-culturais da sociedade da época. O movimento de direitos humanos, por exemplo, permitiu questionar, entre outras coisas, a política vigente.

Outro médico, Fontana (1971), define a violência contra as crianças como Síndrome do Maltrato, mantém o termo síndrome, que não só diz de uma categoria médica para se referir ao conjunto de sintomas e sinais evidenciados nos corpos das crianças, mas também por ser restrito aos bebês e crianças. Esta compreensão de violência como Síndrome do Maltrato, até então, era excludente para com os adolescentes que, somente no início da década de 80, são incluídos na discussão sobre violência pelo Conselho da Europa e pelo Centro de Ajuda à Criança Maltratada (GUERRA, 1998).

Porém, ainda discutindo a Síndrome do Maltrato, de acordo com Azevedo e Guerra (1995), ao substituir o termo Espancada por Maltrato, Dr. Fontana chama a atenção para outras formas de maltratos que não deixam marcas aparentes, como as privações emocionais e afetivas, evidenciando que a violência física, compreendida até aqui como maltratos, pode acontecer por etapas; e quando chega ao espancamento, a criança já sofreu outras formas de violência que não deixaram marcas físicas visíveis.

A partir do final da década de 60 e início de 70 outros profissionais contribuíram com novas nomenclaturas que reportavam aos seus modelos de fazer Ciência. O apoio de antropólogos, assistentes sociais e juristas amplia a discussão e fomenta modelos de prevenção e novas formas de atendimento. Assim, surgia um outro momento sobre a violência contra a criança e o adolescente, que deixa de ser exclusividade médica e ganha foco de outros interlocutores, como por exemplo, os sociólogos Gil (1978) e Gelles (1982) que vão abordar a violência como abuso físico, destacando a questão do dano e da intencionalidade do ato; e o psicólogo Ochotorena (1988), que nomeia o fenômeno como dano físico e enfermidade.

Ainda na década de 70, pode-se destacar a atuação da Sociedade Civil, mobilizando os próprios pais/autores de violência para formar grupos de autoajuda, no intuito de interromper as violências, cometidas por estes. Nesse mesmo período, o Movimento

Feminista chamou a atenção da sociedade para toda forma de violência cometida contra as mulheres, crianças e adolescentes, no âmbito da família, principalmente a violência física e sexual que, segundo as feministas, aconteciam em decorrência da exploração e do abuso do poder masculino. Diante disso, elas colocaram em xeque a autoridade patriarcal e a privacidade da família, tida como sagrada, a qual não ocupava mais o lugar de proteção, onde o “lar doce lar” estava longe de ser feliz.

2.2 Violência contra a criança e o adolescente: tecendo sobre a terminologia e suas implicações

Repensando a terminologia referente à violência contra a criança e o adolescente, inicialmente, Azevedo e Guerra (1995) fazem uma análise crítica dos termos *disciplina e castigo, maltratos e agressão*, usados comumente para se referir à violência física, afirmando que os mesmos não dão conta e não dizem nada sobre a problemática para a realidade contemporânea.

Essas autoras apontam a díade “disciplina e castigo” como a mais antiga e mais tradicional terminologia, na área de educação das crianças e dos adolescentes, e que ela mesma contém apenas parte dos fatos, tanto por excluir e não abordar as violências sexuais quanto por não explicar a gravidade das formas de disciplinamento e castigo. Quanto ao termo maltratos, Azevedo e Guerra (1995, p. 33) questionam, mesmo quando afirmam que este “se mostra inadequado, na medida em que coloca a problemática em termos meramente morais como se fosse uma questão de bondade e maldade individual”.

Diante de tais considerações sobre as terminologias é indispensável deixar claro que, ao recorrer aleatoriamente a definições e significados das palavras/termos, corre-se o risco de se prender restritivamente a meras definições de forma estanque e linear, afastando-se de uma

leitura crítica e dialógica, provavelmente preocupando-se com a busca de origem ou relações causais.

Além disso, existe o perigo de se identificar, legitimar a violência como algo natural, orgânico, inato, e, com essência própria, como apontam Ruiz e Mattioli (2004, p. 113), ao discutir as definições etimológicas da palavra violência afirmando que:

Agregam significados relacionados à força ou ato, aproximando-a da transgressão, de algo que perturba a ordem, que excede, que ultrapassa e que pode revelar um descontrole. Também dá margem para pensarmos que a violência é inerente ao homem, que é definida como essência, natureza.

Outra ponderação diz respeito à síndrome da criança espancada, considerada, nos Estados Unidos, como um marco que dá evidência ao fenômeno da violência, como problema que permitiu lançar um olhar sobre a relação pais e filhos. Nesse contexto, vários profissionais voltavam sua atenção para a saúde e a educação da Família. Entretanto, o modelo “psicopatologizante” era o que norteava a discussão. O problema estava no indivíduo – pais/agressores/doentes –, por isso, agora precisavam ser tratados. Segundo Amaral e Mattioli (2004), ao analisar os acidentes infantis, concluíram, a partir de então, ser possível, e até conclusivo que:

Acreditar que distúrbios emocionais dos pais eram a causa da violência contra seus filhos. Surgiu então a proposta de realizar terapia com os pais ‘doentes’, visando a dar a estes condições para exercerem seus papéis. Este era um modelo médico analisado sob o ângulo de causa/efeito. A causa era a doença dos pais, o efeito era a agressão. Tratar dos pais, portanto, seria o meio de cura (AMARAL; MATTIOLI, 2004, p. 156).

Dando continuidade ao raciocínio que perpassa o fenômeno da violência contra a criança, Flávia Lemos, José Guimarães e Hélio Cardoso Júnior (2004) fazem uma crítica, apoiados na fala de Ruiz (1985), à forma reducionista de analisar o fenômeno, apenas sob duas perspectivas: o modelo psicopatológico e o modelo social.

A concepção psicopatológica funciona através do pressuposto de que as relações familiares dos pais, ‘os traumas’ que os acompanhariam referentes aos acontecimentos da infância deles, seriam refletidas na educação que dariam a seus filhos. Portanto, em uma relação causal, pais que foram abusados na infância, por seus familiares, também desenvolveriam modos abusivos de relacionarem-se com sua prole. Já a concepção social atribuiu os maltratos aos fatores sócio-econômicos, como o desemprego, a baixa renda e o curto período de educação escolarizada dos pais. (LEMOS, GUIMARÃES e CARDOSO JÚNIOR, 2004, p. 96).

Tanto a concepção psicopatológica quanto a social centralizam seus princípios numa relação causa e efeito, no modelo binário excludente. Ora em um polo marcado por evidências individuais organicistas, em que os traumas de infância causados pela violência são deterministas, ora em outro polo marcado pelo social, que atribui a violência a fatores como: pobreza, desemprego, dependência química, gerando discriminação e segregação. Possivelmente, esse olhar binário contribui para gerar dispositivos de controle, pois a violência contra a criança e o adolescente deve ser pensada a partir das relações de poder e compreendida em suas múltiplas dimensões: as culturais, as sociais, as econômicas, as psicológicas, políticas, biológicas, religiosas e históricas.

Então, retomar os termos: infanticídio, castigo, filicídio, abuso sexual, sevícia, síndrome da criança espancada, maltratos, negligência e abandono, resgatando a história da violência contra a criança e o adolescente, é pensar em permitir criar fissuras nas supostas universalidades. Desse modo, conforme Foucault (1981), deve-se abrir brechas para o devir, permitindo sua desconstrução, sua ruptura e subjetivação de forma diferente pelas pessoas, criando saídas para sua não banalização.

Diante das considerações elencadas até então, é irrelutável mencionar, brevemente, a discussão sobre violência e mulher, registrada e analisada por Marilena Chauí (1985), e violência doméstica contra a criança e o adolescente, adotada por Azevedo e Guerra (1995). A primeira autora aborda o fenômeno como um processo de “coisificação” do sujeito, entendendo que essa violência é produzida numa relação desigual e acontece quando a fala e a atividade do outro são anuladas.

Azevedo e Guerra (1995) voltam a atenção para a violência doméstica contra a criança e o adolescente, termo abraçado por elas, que envolve diversos aspectos, características, personagens, os tipos e *locus* dessa violência, quando diz que a violência doméstica pode ser compreendida como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p.36).

Pode-se conceber que a violência doméstica contra a criança e o adolescente tem sua própria configuração e pode ser compreendida e/ou agrupada, para efeito metodológico, em cinco tipos: Violência física doméstica, Violência psicológica doméstica, Violência sexual doméstica, Negligência doméstica, Abandono doméstico.

A Violência Física Doméstica – V.F.D. – (como todo e qualquer dano físico, desde um simples tapa até o óbito) é considerada, pelos estudiosos, de difícil conceituação que, ao longo dos anos, tem sido atravessada por algumas mudanças. Em 1984, Azevedo e Guerra dizem que a violência física doméstica “é entendida como o emprego de força física contra a criança, de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta” (p. 41). As mesmas autoras, em 1989, acrescentam que, além da punição severa, os castigos eram inapropriados à idade e compreensão da criança. A violência física pode ser compreendida desde um tapa a um espancamento fatal e, em 2001, elas irão trabalhar violência física como “mania de bater”.

A Violência Psicológica Doméstica – V.P.D. – (conjunto de atitudes, palavras e ações que desacreditam e censuram o outro; rejeitar, isolar, aterrorizar, ignorar, injuriar, gritar com palavras ofensivas e xingamentos, produzir expectativas irreais e/ou extremas exigências sobre a conduta, humilhação, etc.); a violência psicológica é considerada por Guerra (1998, p.

33) como tortura psicológica que “ocorre quando um adulto, constantemente, deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental.” Apesar de ser o tipo de violência que apresenta maior dificuldade de ser identificada, a violência psicológica doméstica é a que mais ocorre e a que acompanha as demais violências domésticas.

A Violência Sexual Doméstica – V.S.D. – (desde um olhar ao coito, praticado sem o consentimento do outro, violando os direitos, podendo subdividir-se em abuso sexual – sem contato físico: “voyeurismo”, exibicionismo, pornografia; e com contato físico: estupro, atentado violento ao pudor, incesto – e em exploração sexual: trabalho sexual infanto-juvenil agenciado pelos pais e/ou parentes). Segundo Guerra (1998, p. 33), a violência sexual “se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre uma pessoa ou de outra pessoa”.

A Negligência Doméstica – N.D. – (toda forma de omissão no tocante às necessidades básicas de saúde, de educação, de afeto, de cuidado e de proteção; levando em consideração, a realidade socioeconômica da família). De acordo com Guerra (1998, p. 33), a negligência doméstica “representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente.[...]”

O Abandono Doméstico – A.D. – (afastamento/ausência em que expõe o outro à situação de risco). Segundo o Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde – CLAVES (2002), o abandono pode ser parcial, ausência temporária do pai, mãe e/ou responsáveis, expondo a criança e/ou o adolescente à situação de risco, e o abandono total que é o afastamento do grupo familiar, ficando a criança e/ou o adolescente sem habitação, desamparados, expostos às várias formas de perigo.

Essa trajetória sobre a configuração da violência doméstica e seus tipos (ABRÁPIA, 1997; GUERRA, 1998; CLAVES, 2002; ALDRIGHI, 2006) tem como propósito compreender melhor a manifestação do fenômeno da violência doméstica contra a criança e o adolescente, partindo do pressuposto de que cada um dos cinco tipos de violência doméstica apontado anteriormente tem suas particularidades e dinâmica. Portanto, a violência doméstica se revela, como um fenômeno complexo, multifacetado, presente nas famílias, independentemente de classe social. Segundo Minayo (2002, p. 106):

As análises sobre o fenômeno da violência doméstica levam a concluir que os lares não são tão sagrados quanto parecem. Por outro lado vários estudos internacionais e nacionais mostram esses espaços como passíveis de intervenção para mudanças, pois a violência, sob qualquer ótica, é um fenômeno sócio-histórico-cultural, portanto, construído.

2.3 Violência doméstica contra a criança e o adolescente na família: fenômeno multifacetado, seu caminho para a ruptura

Na atualidade, os Estudos que vêm sendo realizados sobre a temática da Violência Doméstica contra a criança e o adolescente apontam para um fenômeno multifacetado, dizem respeito às relações de convivência violenta, com abuso de poder entre pessoas, das quais são esperados vínculos afetivos e/ou gozam de laços de parentesco e/ou de convivência (CHAUÍ, 1985; GUERRA, 1998; AZEVEDO e GUERRA, 2001; SANTOS, 2004).

Portanto, é interessante considerar a violência doméstica contra a criança e o adolescente como uma manifestação da relação, do laço afetivo, um aspecto que diz respeito ao humano e que se constitui no coletivo, na dinâmica das relações e dos vínculos, atravessado pela cultura, pelo social, pela política, pela economia, pelo religioso e pelo afetivo.

Segundo Santos (2004, p. 132), “De modo geral, os pesquisadores concordam em que a violência é um fenômeno multifacetado, que assume formas e sentidos variados, de acordo com a cultura e o momento histórico em que ele é produzido”.

Nesse contexto, algumas considerações tornam-se pertinentes. Por um lado, é fundamental lançar um olhar sobre a família que vive em situação de violência doméstica contra a criança e o adolescente, com suas leis, mitos, segredos e sua própria dinâmica, tocada por essa violência, que envolve e afeta todos os membros do grupo familiar, independentemente de gênero, faixa etária, orientação sexual, profissão, estabelecendo relação direta com uma forma de poder desigual.

Por outro lado, é preciso compreender essa família que se modifica segundo diferentes contextos sociais, culturais, políticos e históricos. Essas mudanças geram novas configurações e relações em um universo diferente de expectativas, de representações subjetivas, no âmbito da família, com suas dificuldades peculiares, envolvendo todos os seus membros.

Quanto à Família, esta é considerada como o grupo de pessoas com vínculos afetivos, de consanguinidade e/ou de convivência e desenvolvimento mútuo. É fundamental, também, compreender o quanto essa família tem se constituído em um lugar profundamente afetado pela problemática da violência e, por isso, também é mister percebê-la como um sistema que se constrói entre o individual e o coletivo, entre o público e o privado, configurando-se, através da complexidade que compõe a paisagem contemporânea.

No entanto, a violência não se sobrepõe ao ser – mulher, homem, criança e adolescente – enquanto sobrevivente, pois, diante do caos, ainda pulsa a capacidade de experimentar novos encontros, de transformar, de romper, de mudar, de viver a diversidade. “O que é experimentar, efetivamente, senão entrar em contato com a alteridade? [...] experimentar é deixar-se fazer outro no encontro com o outro” (FIGUEIREDO, 2004, p. 19).

As famílias que vivem em situação de violência doméstica falam não apenas das dores e marcas deixadas pela violência, reportam-se, também, ao desejo de experimentar mudanças, de estabelecer novos vínculos de transformação. Na condição de sobreviventes, essas famílias reafirmam a necessidade de mudarem e viverem a diferença. Seria este experimentar novos encontros, o desejo de romper com essa violência? Provavelmente, sim, falando sobre suas dores e quebrando o pacto do silêncio.

Segundo o dicionário de Ferreira (2004), o termo romper pode ter várias conotações:

- 1 – Desfazer a integridade de (algo). Ex.: partindo, quebrando, rasgando
- 2 – Interromper, eliminar, fazer cessar (estado, condição). Ex.: Ele rompeu o silêncio
- 3 – Dar início súbito a (falar sobre a violência)
- 4 – Deslocar-se, avançar, com ímpeto, como que abrindo ou ferindo aquilo que opõe resistência
- 5 – Desfazer ou desrespeitar (algum tipo de acordo, compromisso ou relação com outra pessoa). Ex.: Romper um namoro, romper um trato
- 6 – Manifestar, subitamente, (sentimento) ou iniciar (ação, movimento) de modo impetuoso: romper em choro, romper em riso, romper em cólera
- 7 – Ter início; começar a aparecer, surgir

Segundo o Dictionnaires Historique de la Langue Française (2000), ruptura é uma palavra que foi tomada do latim imperial que significa: “ato de quebrar”, “fratura”, que pela via não erudita deu em “roture”. “Ruptura é derivado do supino (substantivo verbal latino) “rumpere” (romper). *A palavra, rara antes do Século XVI*, designa o fato de se romper, ação pela qual uma coisa é rompida. Exprime igualmente a separação brutal em dois ou mais pedaços de uma coisa resistente, sob efeito de uma força excessivamente intensa, ou de um esforço demasiadamente prolongado (1372). Dessa conotação procedem as especializações nas Ciências, em Mecânica e em Balística, nas locuções como “ponto de ruptura” (1784). Em

Medicina, a palavra expressa a dilaceração de um órgão, esta não produzida por um instrumento cortante; no sentido figurado “ruptura” diz da desunião, da separação entre pessoas ligadas por amizade, sangue, amor. Tem o sentido, também, de “dissolução de uma assembleia”.

Para Cecília Soares (2006), as pesquisas realizadas com mulheres em situação de violência apontam que a ruptura é possível como um processo: sucessão de estados e de mudança, permeada por jogos de afeto e sedução. Esta pesquisadora acrescenta que:

[...] o rompimento com a violência é um processo e não um evento definitivo. Inclui períodos de negação, autculpabilização, perdão e muito sofrimento [...] o processo de ruptura se inicia no momento em que a mulher começa a falar sobre a violência com alguém. Ao fazer isso, a mulher revive os momentos de dor e sofrimento. Quando ela começa a expor a sua dor, deixa uma janela aberta para entrar a luz (SOARES, 2006, p. 83).

Continuando com o tema ruptura, Almeida (1998, p. 36) afirma que: “[...] há formas diferentes de ruptura, sendo a mais comum, a denominada ruptura evolutiva, que consiste em iniciativas tomadas pela mulher com vistas a pôr fim à relação violenta”.

Partindo da premissa de que tanto a violência contra a mulher, quanto a violência doméstica contra a criança e o adolescente acontecem em ciclo, faz-se mister compreender seu funcionamento e dinâmica, a fim de que o processo de ruptura seja viabilizado. Estes ciclos são marcados por fases e estas se revelam de forma sucessiva, e sua manifestação ocorre diferentemente, de acordo com cada relação estabelecida pelo casal, entre adultos e crianças e/ou adolescentes e pela família.

Lenore Walker (1979), psicóloga, pioneira no trabalho com mulheres em situação de violência, que apresentou o ciclo da violência no casal, em três fases distintas (fase de tensão, episódio agudo de violência e a terceira fase, nomeada de fase da lua-de-mel), registra que estas etapas não são todas marcadas pela violência: existem períodos, intervalos de não-violência. As fases, também, podem variar no tempo de duração e na intensidade.

Quanto à violência doméstica contra a criança e o adolescente, baseada em L. Walker (1979), em Azevedo e Guerra (1995) e Guerra (1998), foi traçado este ciclo discriminado abaixo, com o propósito de compreender as etapas da violência doméstica, que, neste caso, ficou restrita aos dois tipos: violência psicológica doméstica e violência física doméstica.

O ciclo de violência doméstica contra a criança e o adolescente é dinâmico, apresenta-se em quatro fases, também, com tempo de duração e intensidade que variam de acordo com o movimento da relação estabelecida entre autor de violência/adulto e pessoa em situação de violência/criança e ou adolescente, podendo, também, manifestar-se, de forma diferente, pois o ciclo dessa violência não se apresenta da mesma forma, do mesmo modo para todas as pessoas.

O ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente pode se apresentar com o formato de um processo que envolve quatro fases:

Primeira Fase – da expectativa: os pais, mães e/ou adultos/responsáveis criam fantasias e expectativas com relação às crianças e aos adolescentes, sob seus cuidados e proteção, às vezes, idealizando-os.

Segunda Fase – da frustração (pode ser compreendida como acúmulo de tensão): quando as crianças e os adolescentes não correspondem às expectativas dos pais, mães e/ou adultos/responsáveis, estes sentem-se frustrados.

Terceira Fase – da violência (episódio violento): pais, mães e/ou adultos/responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes reagem com violência psicológica e/ou física, causando dor e sofrimento e deixando marcas nos corpos e na alma das crianças e adolescentes.

Quarta Fase (período de calma) – as expectativas dos pais, mães e/ou adultos/responsáveis, em relação ao comportamento, atitude das crianças e dos adolescentes são renovadas e eles reiniciam o movimento de conquista das crianças e dos adolescentes.

Segundo L. Walker (1979), entender o ciclo da violência é importante para a sua prevenção e interrupção. Aproximadamente, três décadas depois, semelhantemente Aldrighi (2006, p. 215), afirma que é necessário “entender como este padrão relacional é mantido e percebido, a fim de podermos pensar em quebrar ou interromper este ciclo”.

Parte-se do pressuposto, então, de que *a ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente* pode iniciar seu processo quando ocorre a quebra do pacto do silêncio, que pode ser considerado como o momento inicial para a interrupção. O rompimento deste silêncio, ou seja, quando uma das pessoas que fazem parte desse ciclo violento fala e compartilha sobre sua vivência de violência com alguém que não faz parte desse ciclo. Geralmente esse rompimento do pacto do silêncio acontece como pedido de socorro, ajuda, durante a fase de tensão e/ou na fase de episódios de violência.

Essa ruptura pode ser compreendida, também, como a capacidade que o ser humano tem de reagir às adversidades: é a arte de reinventar a vida, perante a dor e o sofrimento. Pensando a partir de uma perspectiva existencialista, seria a inclinação humana para dizer sim à vida, a reação à violência doméstica a que está submetida a pessoa, baseado na teoria de J. L. Moreno (1997), quando afirma que o ser humano tem a capacidade de dar respostas adequadas a novas situações, de ser original como forma de ser espontâneo, de ser um livre fluxo de expressão. É o que ele considera como fator “e”, igual a fator de espontaneidade, que é a “capacidade da pessoa para enfrentar adequadamente cada nova situação, é também um fluxo de sentimento na direção do estado de espontaneidade de uma outra pessoa que resulta em uma situação interpessoal” (MORENO, 1997, p. 132).

Jacob Levy Moreno (1997, p. 140) acrescenta ainda, que o fator de espontaneidade “é a qualidade que confere novidade e vivacidade a sentimentos, ações e expressões verbais [...]” Isso também poderia respaldar a iniciativa da pessoa em situação de violência a fim de encontrar forças para romper com a cultura do silêncio. Ele afirma que o fator de

espontaneidade “pode dar lugar a uma mudança na situação e que uma novidade é percebida pelo sujeito” (MORENO, 1997, p. 155).

Outro momento a ser considerado no *processo de ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente* é quando um dos membros da família, seja ele autor de violência e/ou pessoa vivendo em situação de violência, estabelece relações de confiança e vínculos de afeto com outras pessoas, fora do contexto familiar. E essa família, compreendida como sistema aberto, permite o mover-se dos seus membros para dentro e para fora do sistema, o que viabiliza o movimento para estabelecer relações extrafamiliares.

A função dessa outra pessoa, com a qual foi estabelecido o vínculo de afeto, é outro ponto a ser enfatizado, pois ela, nessa família, pode ser considerada como ego auxiliar que, segundo Moreno (1997, p. 109), tem a função de “guia” – guiar o sujeito “para suas ansiedades, deficiências e necessidades com o objetivo de orientá-los no sentido da melhor solução de seus problemas”. Na família, por exemplo, a mãe, o pai ou quem cuida do bebê é, também, quem proporciona à criança um incentivo para a ação independente; é quem tem a função de ego auxiliar, que, também, é comparável à relação sujeito-ego auxiliar. Uma outra função dessa pessoa seria a de “agente terapêutico” pois possibilita espaço de confiança para que os membros da família possam refazer seus papéis sociais, no exercício de cidadania.

2.4 Organizações Não-Governamentais: construindo redes por uma cultura não-violenta

Considerando ainda, o que diz respeito à ruptura da violência doméstica contra criança e adolescente, destacamos o desempenho das Organizações Não-Governamentais – ONG’s, enquanto expressão de uma Sociedade Civil, porque assumem um papel significativo para construir uma atuação afirmativa, pois apresentam uma dinâmica favorável para estabelecer parcerias e desenvolver trabalhos em redes.

A primeira organização, no mundo, dedicada a combater a violência física – maltratos, termo usado, na época, contra a criança, de que se tem notícia – é a “New York Society for the Prevention of Cruelty to Children – NYSPCC”, criada em 1894. Quase cem anos depois surge a organização internacional dedicada a prevenir e a combater a violência contra a criança, a “Internacional Society for the Prevention of Children Abuse and Neglect – ISPCAN”, em 1977, reunindo profissionais de todas as partes do mundo, realizando congressos mundiais, a cada dois anos, e estimulando a criação de entidades e serviços, em diversos países.

No Brasil, as primeiras organizações desse tipo começaram a surgir no período pós-ditadura, nos anos 80. Isso não significa que, antes disso, as crianças não fossem negligenciadas, maltratadas e/ou abusadas sexualmente, nem que inexistissem serviços para elas, em épocas anteriores a essa. Apesar de não haver estudos sobre o atendimento dessas crianças e adolescentes antes dos anos 80, acredita-se que o arquivo dos hospitais e da Sociedade Brasileira de Pediatria tem muito a dizer sobre o assunto. Um dos motivos que levam a essa conclusão é o fato de, as primeiras agências especializadas nesse tipo de atendimento terem sido criadas por pediatras, e terem se baseado na experiência de trabalho desses profissionais e das unidades de pediatria de hospitais.

Ao que tudo indica, o Centro Regional de Atenção aos Maltratos na Infância – CRAMI, de Campinas/SP, foi a primeira agência a ser criada no Brasil, em 1985. E, a partir de 1988 cresceu o número de Instituições congêneres.

Essas organizações – ONG’s – contribuíram para tirar a violência doméstica da invisibilidade. Mas, apenas no final dos anos 1980 e início dos 1990 foi que um conjunto de ações começou a dar visibilidade à violência doméstica, com apoio dos movimentos sociais de direitos humanos e feministas.

As Organizações Não Governamentais – ONG's – conferem visibilidade a toda uma problemática sociopolítica, direcionada para o sujeito da ética no processo de cidadania e afetuosidade, ou seja, condição de se abrir para o outro, para o estranho que habita em nós, possibilitando ações dialógicas em direção ao sujeito da escolha, do posicionamento existencial e político.

3. O MÉTODO

A paixão faz surgir o comportamento específico e este, por sua vez, cria as circunstâncias e idéias necessárias por análise e explicação do processo, para torná-lo racional (Feyerhabend).

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, que tem como objetivo compreender como as famílias, em situação de violência doméstica, atendidas por uma Organização Não-Governamental, rompem com este cenário.

Especificamente, a partir dessa conjuntura, deve-se: distinguir o tipo de violência doméstica que a família está vivenciando; investigar como autores de violência/adultos e pessoa em situação de violência/adolescente estabelecem os vínculos, as relações de afeto e poder, compartilhando e vivendo, no mesmo espaço de tensão e violência.

Do mesmo modo, faz-se imprescindível, também, identificar como a dinâmica familiar modifica e é modificada pelo processo de ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente e verificar se os vínculos estabelecidos na família favorecem ou dificultam o processo de ruptura do ciclo dessa violência.

Recorre-se à pesquisa qualitativa, por se acreditar que essa abordagem facilita a compreensão dos aspectos subjetivos que envolvem as famílias em situação de violência doméstica, e possibilita apreender os significados que abrangem o tema em foco, como um fenômeno que reflita “a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 2004, p. 102).

A pesquisa qualitativa é um método de investigação que visa à produção de sentidos, a partir das falas e/ou narrativas. No caso específico deste trabalho, aquelas formuladas pelas famílias entrevistadas. A generalização não é o ponto principal a considerar e sim a história de vida, da qual cada pessoa e/ou família é protagonista, autor de sua própria história e afetado

por seu contexto social, político, ético, religioso e/ou cultural. Segundo Minayo (2008, p. 21) a pesquisa qualitativa:

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das cresças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social. Pois o ser humano distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2008, p. 21)

Para isso, parte-se de um percurso metodológico, e descrevê-lo é também falar sobre um cenário que vem apenas confirmar a importância da natureza qualitativa, quando se compreende o fenômeno e lançando-se à “espera do outro que nos vem ao encontro e desaloja” (FIQUEIREDO, 2004, p. 101). Encontro esse com o estranho de cada um, que costuma inquietar e impelir a estudar, a pesquisar e a acolher o inesperado.

Então, descrever o método é mais que caracterizar os participantes, definir o tipo de instrumento e o procedimento para a coleta e análise de dados: é compreender e viver o trabalho de pesquisa como metáfora de uma colcha de retalhos, construída a partir de um tecido composto por uma realidade social costurada aos fenômenos humanos: criação coletiva, realizada com a parceria entre orientadora, pesquisadora e os próprios participantes, com suas falas, desenhos que dão cor, traço e formato ao tipo de instrumento empregado para descosturar e coser novamente o processo de posterior análise.

O procedimento de análise dos dados consiste em vislumbrar uma trama de significado, exata seleção dos tecidos e linhas, com textura e tamanhos diferentes, estruturando esse procedimento de análise na diversidade do acolhimento e na teoria fundamentada por tantos outros teóricos que, também, debruçaram-se sobre seus retalhos que se fizeram colcha, teias, mantas, redes e cobertores que dão sentido aos seus escritos.

3.1 O *Locus* da pesquisa

O Estado de Pernambuco possui 7.918.344 habitantes, com uma população feminina de 4.091.687, e masculina de 3.826.657, dos quais 76,8% da população acima de 10 anos de idade é alfabetizada; apresenta um dos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH mais baixos do país, patenteando exclusão socioeconômica, vivenciada pela maioria da população. A Região Metropolitana do Recife destaca-se por ser a mais populosa do Nordeste e a quinta maior do Brasil, com um PIB de mais de catorze bilhões de reais. A base de sua Economia é o comércio e a prestação de serviços, segundo informação do IBGE, conforme levantamento realizado pelo último Censo Demográfico de 2000. É nesse contexto que está situada esta Pesquisa, com famílias que residem nas zonas Sul, Centro-Oeste e Norte da Região Metropolitana do Recife.

Essas famílias foram apresentadas à pesquisadora por uma Organização Não-Governamental, que trabalha com a temática da violência doméstica, sexual e sexista, desde 1991, atualmente, com sede em Olinda, cidade Patrimônio Histórico da Humanidade. A organização inicia seu trabalho, em virtude das preocupações com mulheres de todas as idades que sofrem violência doméstica, particularmente, aquelas que se encontravam em condições de pobreza, vulnerabilidade social e que viviam nas comunidades da periferia dos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR).

A Organização Não-Governamental tem como missão prevenir, enfrentar e desconstruir a violência doméstica, sexual e sexista, através do estímulo ao afeto, à autoestima, à cidadania e ao protagonismo de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e famílias, na efetivação dos direitos humanos e na construção de uma cultura de paz.

3.2 Participantes: famílias que tecem sua história

Participaram desta Pesquisa 05 (cinco) famílias, compostas por adultos, adolescentes e crianças, sujeitos sociais detentores de informações, com vivência e/ou história de violência doméstica, atendidas por Organizações Não-Governamentais (ONG's), que trabalham com a temática de violência doméstica.

As pessoas que compõem cada família são de sexo e idade diversos e residem na cidade do Recife e sua Região Metropolitana. Os nomes originais dos membros de todas as famílias entrevistadas foram mantidos em sigilo para preservar suas identidades, e cada um foi substituído por nome de flor.

O número das famílias participantes foi concluído, quando foram atendidos os objetivos da Pesquisa. Dessa forma, o critério para a escolha foi do tipo proposital, também denominado de intencional ou deliberado, critério outro que aponta, igualmente, para as famílias que tenham vivência, experiência e expressão de violência doméstica contra criança e adolescente.

Foram entrevistadas famílias com várias configurações: nuclear intacta, separada, monoparental e recasada, que possuem nível socioeconômico semelhante e professam religiões de base cristã. Nesse caso, as menções foram feitas como mais uma informação complementar, embora, tanto as configurações familiares quanto os níveis socioeconômicos e a religião, não tenham sido uma preocupação, porque não foram critérios de inclusão.

Com o propósito de possibilitar uma melhor visualização dos participantes desta Pesquisa, foram retratados, a seguir, no Quadro I, os atores sociais e os dados socio-demográficos das famílias entrevistadas.

Quadro I - Dados Sócio-demográficos das Famílias

NOME/IDADE DOS PAIS E MÃES RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA	PROFISSÃO / ESCOLARIDADE	CONFIGURAÇÃO FAMILIAR	NOME / IDADE / SEXO / ESCOLARIDADE DOS FILHOS/AS	NOME / IDADE / SEXO / ESCOLARIDADE DOS FILHOS/AS DO PRIMEIRO CASAMENTO	RELIGIÃO CRISTÃ – DENOMINAÇÃO (Igreja)
Dona Rosa (35 anos) Sr. Cravo (44 anos)	Dona Rosa (estudante) / 3º. Ano de Magistério Sr. Cravo (vendedor) / Ensino Médio Completo	Recasada	Girassol / 5 anos / Masculino / 1ª. Série do Ensino Fundamental	Dente-de-leão , (17 anos / masculino), Bromélia (16 anos / feminino) – casada e mora em São Paulo, Begônia (13 anos / feminino), Miosótis (11 anos / masculino) - mora em São Paulo e Gerânio (9 anos / masculino)	Igreja Adventista
Dona Margarida (38 anos)	Vendedora (cosméticos) e zeladora da Igreja de que faz parte/ 3º. Ano de Magistério (cursando)	Separada – Monoparental	Flor de Liz / feminino/ 16 anos / 8ª. série do Ensino Médio Lírio / masculino / 13 anos / 6ª. série		Igreja Episcopal Carismática
Dona Orquídea (37 anos)	Vendedora informal (alimentos e cosméticos)/ 2º. Ano Ensino Médio (cursando)	Separada – Monoparental	Jasmin / feminino / 13 anos / 8ª. série do Ensino médio		Igreja Batista
Dona Dália (39 anos) Sr. Lótus (39 anos)	Do lar / Ensino Fundamental completo Motorista de empresa de ônibus / Ensino médio completo	Nuclear	Papoula / feminino / 16 anos / curso Técnico de Enfermagem (cursando) Lótus filho / 17 anos / 1º. Ano da Faculdade de Administração		Igreja Assembléia de Deus
Dona Acácia (51 anos)	Costureira informal / 2º. Ano do Ensino Médio	Separada	Camélia / feminino / 18 anos / Ensino Médio completo (03 filhos não participaram da entrevista; idade: 34 anos, sexo masculino e 02 do sexo feminino com idade de 30 e 36 anos		Igreja Católica Romana

3.3 Instrumento: conversa com finalidade, enquanto tecida

O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada com perguntas abertas, concernentes à ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente. Entrevista em que os tópicos abordados foram estudados, antecipadamente, porém na hora não foi utilizado nenhum roteiro escrito e a ordem foi determinada pelo próprio fluxo da

entrevista, assemelhando-se a uma “conversa informal” ou “conversa com finalidade”, como afirma Minayo (2004).

Essa entrevista permitiu liberdade tanto para a pesquisadora acrescentar novos questionamentos, desde que se fizessem necessários para uma melhor compreensão do tema, quanto ao entrevistado e/ou entrevistada em discorrer sobre o mesmo tema, sem condições estabelecidas ou prefixadas.

Destaca-se também o processo de interação entre entrevistadora e os entrevistados, que consiste nas falas das famílias entrevistadas, sobre si mesmas - descortinando o tema proposto – e a pesquisadora/entrevistadora é a ouvinte que presta atenção às falas desses/as outros/as. Essa interação mútua estabeleceu uma relação de confiança com espaço e tempo determinado.

Durante a entrevista, cada família pôde fazer o desenho de seu próprio mundo. Quando falava, trazia as cores, os tons e traços que pertencem ao seu universo, descrevia as suas particularidades e vivências concernentes ao tema, cabendo à pesquisadora “avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a realidade objetiva ou factual” (HAGUETTE, 1999, p. 88). Pôde, também, a pesquisadora colher e acolher o que a família trazia do tema da violência doméstica e da possibilidade de romper com o referido cenário.

Com a utilização da entrevista como instrumento pôde-se considerar que cada família fez seus próprios relatos e desenhos de sua história, traçados, espontaneamente, no momento da entrevista, como importantes descobertas. Esses desenhos, com cores e traços, são os retalhos que irão compor a rede social da colcha de retalhos.

3.4 Procedimento ético para a coleta de dados: tecendo a trama da vida

Pesquisar requer uma atitude de constante busca, de inquietações mediadas por valores e ideias, respaldadas pela ética, que não se descreve, vive-se. Prontamente, vislumbra-se um

procedimento para a coleta de dados fundamentados por princípios éticos – vias que norteiam o *ethos*, o lugar da pesquisadora, em busca de uma adequada maneira de ser e de delinear a pesquisa com as famílias entrevistadas.

A Pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UNICAP (Anexo I). E, apenas, após a sua aprovação, a pesquisadora entrou em contato com a Organização Não-Governamental - ONG que atende a famílias com vivência e/ou história de violência doméstica contra a criança e o adolescente, para, em seguida, agendar o local, horário e data para a realização das entrevistas. A pesquisadora teve o devido cuidado de respeitar os espaços e horários das famílias e da Instituição e, a eles adequar-se, sem interferir na rotina e na dinâmica de cada uma.

Tanto a Organização Não-Governamental quanto as famílias que colaboraram com a pesquisadora, foram devidamente informadas, a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo II), sobre o tema e o objetivo da Pesquisa, bem como esclarecidos no que diz respeito ao destino dos dados coletados nas entrevistas, o sigilo com relação à identidade, à privacidade e à história de todas as famílias.

3.5 Procedimentos para a coleta dos dados: um desafio à flexibilidade de tecer

Após o contato e apresentação do objetivo da Pesquisa para os responsáveis da Organização Não-Governamental - ONG, esses indicaram uma lista com nomes de famílias e seus respectivos telefones. Recomendaram, ainda, uma educadora social/Agente de Cidadania Popular – ACP, para acompanhamento durante todo o processo de entrevistas, quando estas aconteceram em alguns dos bairros da cidade do Recife e Região Metropolitana.

Posterior ao contato telefônico, com cada família, 03 (três) entrevistas foram marcadas para serem realizadas em suas residências, e 02 (duas) foram agendadas para acontecerem na sede da própria ONG. Todos os primeiros contatos com as famílias foram realizados através

das mulheres contactadas por telefone e determinaram data, local e horário convenientes para a realização da entrevista.

Todas as mulheres que compõem essas famílias participam, há mais de um ano, de um grupo de apoio da Organização Não-Governamental, para discutirem sobre os temas que dizem respeito ao trabalho da Instituição, semanalmente.

No dia marcado, a família que aceitou participar, foi convidada a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo II). As entrevistas, cada uma com duração de mais ou menos 02h00min, foram gravadas com autorização da família, transcritas, tentando manter o máximo de fidelidade com relação ao que foi dito e expresso, para posterior análise. E, em alguns casos, fez-se necessário mais de uma entrevista.

Em todas as entrevistas, no seu início, foi utilizada a técnica da associação livre que consiste em solicitar à família a evocação de palavras que lhe venham à lembrança, a partir de uma frase indutora (no caso presente a frase é violência doméstica contra a criança e o adolescente). Em seguida, a conversa aconteceu, informalmente, e, quando necessário, a pesquisadora realizou algumas perguntas concernentes ao tema e as famílias complementaram com suas respostas.

A proposta inicial era que as entrevistas fossem realizadas com todo o grupo familiar, simultaneamente. No entanto, no caso de duas famílias, a entrevista foi realizada apenas com a mulher. No primeiro caso, tratava-se de uma configuração familiar separada. A mãe alegou que a filha estava trabalhando, em seu primeiro emprego, por isso não poderia comparecer à entrevista marcada. No entanto, ela trouxe várias fotos para apresentar a filha e simbolizar sua presença. Justificou, ainda, a ausência do ex-marido, alegando que ele estava doente e “não tinha vontade de participar” (sic). Entretanto, ela revela, no transcurso da entrevista, que eles estão separados, embora residam na mesma casa, devido à situação financeira; “foi um acordo de cavalheiros” (sic).

No decorrer da Pesquisa, surge o segundo caso de não participação da entrevista de toda a família. A reunião aconteceu na casa de uma das famílias que aceitou participar da entrevista, quando se passou a falar sobre os objetivos da pesquisa e foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Após a leitura do TCLE, o marido disse que não gostaria de ser entrevistado sobre o tema da violência doméstica, alegando: “eu cometi meus erros, mas, agora estou mudado, e eis que tudo se fez novo” (sic). A esposa interrompeu, dizendo que aquele seria o momento ideal para falar sobre essa mudança, mas ele disse “não” e acrescentou que se ela – esposa – desejasse fazer, que o fizesse, mas ele e os filhos não participariam da entrevista. Então se retirou da sala, desculpando-se. E a entrevista passou a acontecer, apenas, com a mulher. Estes fatos não inviabilizam o aproveitamento das entrevistas, uma vez que o objetivo foi alcançado, ou seja, as famílias, representadas pelas mulheres, dão os exemplos de ações que facilitam a ruptura da violência doméstica.

3.6 Procedimento de análise das entrevistas: tecer uma rede de significados

Após a transcrição das entrevistas, o material obtido, através de coleta de dados, foi analisado e submetido a exame, a partir do método da Análise de Conteúdo (MINAYO, 2008), levando em consideração os objetivos do trabalho e o enfoque da pesquisa qualitativa.

A Análise de Conteúdo é um método que tem como propósito analisar as informações, obtidas por meio da coleta de dados, e aplica-se à apreciação de textos transcritos e de qualquer comunicação verbal, utilizada pela família entrevistada. Seu propósito é compreender, criticamente, o sentido das comunicações verbais e/ou simbólicas, com base na apreensão do conteúdo latente e explícito. A pesquisadora tem, como propósito, captar não só o que é falado, mas também, o sentido e tudo que colabora para a produção do referido sentido.

O intento não foi realizar um esboço linguístico do colóquio apresentado por cada família. Sendo assim, não foram priorizados os aspectos semânticos, sintáticos e/ou estilísticos do texto. A finalidade foi recorrer à Análise de Conteúdo, como método qualitativo. Tentou-se apreender, nas atitudes e falas das famílias, seus sentimentos, suas reações, seus afetos e dores, vividos ante a situação de violência doméstica contra a criança e o adolescente e a possibilidade de romper com o supramencionado cenário.

Diante dessa compreensão, foram realizadas as transcrições das entrevistas, desempenhando a Análise de Conteúdo das referidas entrevistas, especificamente com a técnica de Análise Temática, que “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209).

Desse modo, o critério para a análise dos dados foi o de descobrir, através da fala das famílias, palavras que fizessem referências diretas ou indiretas aos núcleos de sentidos retirados dos objetivos da pesquisa, englobando quatro eixos temáticos, destacados a seguir: 1. violências identificadas, 2. vínculos: relações de afeto e poder, 3. dinâmica familiar e processo de ruptura e 4. caminhos para o rompimento.

4. FAMÍLIAS ENTREVISTADAS: APRESENTAÇÃO DE SUAS REALIDADES

[...] A partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança (Thiago de Mello).

Falar de forma breve sobre a história de cada família entrevistada, eis o propósito deste Capítulo. Apresentar suas realidades, marcadas pela violência doméstica contra a criança e o adolescente, atravessadas pelo contexto sociocultural da cidade do Recife e Região Metropolitana.

Discorrer sobre essas famílias é falar, de forma concisa, sobre suas realidades socioeconômicas, trabalho e escolaridade de cada membro do grupo familiar, situando-as para além dos dados sociodemográficos, assim como apresentar a configuração familiar e Religião, com o intento de contextualizar cada família no que diz respeito à sua cultura, a seus valores e ao seu mundo familiar.

4.1 A Família de Dona Rosa e o Sr. Cravo

Esta entrevista foi realizada na residência da família, localizada em um dos bairros da cidade de Recife, e contou com a presença do Sr. Cravo (44 anos), Dona Rosa (35 anos), Girassol (05 anos, cursando a 1ª. série do Ensino Fundamental I) e Gerânio (9 anos, cursando a 4ª. série do Ensino Fundamental I).

Juntamente com Dona Rosa, Sr. Cravo e Girassol – o filho do casal – residem os 03 filhos do primeiro casamento de Dona Rosa: Dente-de-leão, Begônia e Gerânio, em uma casa com três quartos simples, porém confortáveis. Os adolescentes Dente-de-leão (17 anos, parou de estudar e trabalha com computação, na loja de seu genitor) e Begônia (13 anos, cursando a

6^a. série do Ensino Fundamental II). Estes não participaram da entrevista por motivo de trabalho e estudo, segundo a justificativa de sua mãe.

Dona Rosa e o Sr. Cravo se encontraram – após a separação de ambos – de seu casamento anterior. Dona Rosa se separou devido à violência de gênero, física e psicológica, que sofreu perpetrada pelo primeiro marido. Desse primeiro casamento, ela teve 05 filhos: 02 meninas e 03 meninos. Dois deles residem em São Paulo: Miosótis (11 anos, cursando a 6^a. série do Ensino Fundamental II) e Bromélia (16 anos), casada, mãe de um bebê de 03 meses, motivo pelo qual alega ter interrompido os estudos; e os outros 03: Dente-de-leão, Begônia e Gerânio, como, anteriormente citado, residem em Recife, com o casal.

Essa família apresenta uma configuração de recasada. Atualmente, Dona Rosa, além de exercer as funções de dona de casa, cursa o terceiro ano do Magistério e faz parte do grupo de discussão da ONG; enquanto Sr. Cravo trabalha como vendedor de seguros e tem o Ensino Médio completo. Ambos afirmam ser cristãos praticantes e membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

O casal demonstra preocupação, de um modo geral, com relação à sobrevivência, dificuldade com a adaptação à adolescência de Dente-de-leão e Begônia, com a saudade de que Dona Rosa sente dos dois filhos que vivem em São Paulo e com a surpresa de ser avó, em função da gravidez de sua filha Bromélia, a qual remete a sua história de vida, ao ser mãe aos 17 anos.

A entrevista iniciou com a fala das crianças, Gerânio e Girassol, contando sobre suas brincadeiras quando não se encontram na escola, pois os pais permitem que eles brinquem na rua, em frente à sua residência, de bicicleta, bola de gude, futebol e que a irmã, Begônia, às vezes, também brinca com eles, acrescentando, ainda, que é “bom” fazer parte dessa família.

O casal afirma ter cometido violência física e psicológica doméstica contra seus filhos, principalmente com os mais velhos, através de gritos, beliscões, tapas, chineladas e

empurrões. O casal expressa, ainda, que Girassol praticamente não “apanhou” por fazer parte do novo momento da família, em que procura evitar a prática de violência doméstica contra as crianças e os adolescentes.

Dona Rosa acrescenta que as atitudes violentas são atribuídas, ora a circunstâncias, tais como o período da morte de sua avó, doença, quando se encontrou com depressão e, em momentos em que lhe faltava paciência, ora pelo fato de ignorar que as citadas ações eram violência doméstica.

Durante a entrevista, o Sr. Cravo se refere à sua família de origem como *locus* de aprendizado de violência física e psicológica doméstica, por parte de seu pai e mãe. Diz ter introjetado estas violências como algo natural ao ser humano e foi, com Dona Rosa, que ele afirma ter mudado esse conceito da naturalização da violência doméstica. Contudo, Dona Rosa não mencionou a família de origem dela, e se deteve nos dados sobre as famílias constituídas.

As crianças, Gerânio e Girassol, sentaram juntas ao lado do casal. Durante a entrevista, participaram ativamente conversando entre eles e complementando a fala da mãe, dirigindo o olhar ora aos membros da família, ora à entrevistadora. No final, Girassol presenteou a pesquisadora com um desenho colorido, em folha de papel reciclado, que, segundo ele, este desenho representava sua família, e que foi produzido durante a conversa.

4.2 A Família de Dona Margarida, Flor de Liz e Lírio

A entrevista foi realizada na residência da família, localizada em um dos bairros da cidade de Recife, cuja participação se deu com todos os membros familiares: a Senhora Margarida (38 anos) e seus dois filhos, a menina Flor de Liz (16 anos, cursando a 8^a. série do Ensino Fundamental II) e o menino Lírio (13 anos, cursando a 6^a. série do Ensino Fundamental II).

Essa família, configurada como separada e monoparental, afirma ser cristã e membro da Igreja Episcopal Carismática, onde a senhora Margarida desempenha a função de zeladora. Ela ainda trabalha informalmente, como vendedora de cosméticos, cursa o terceiro ano do Magistério e faz parte de um dos grupos de discussão da ONG.

Dona Margarida diz que é difícil lidar com a adolescência dos filhos, que entrou em choque, algumas vezes, com Flor de Liz por ela ser uma típica adolescente: “teimosa, questionadora” e, principalmente, porque a adolescência dos filhos remete à sua própria experiência dessa fase, cuja avaliação dada por ela é de que não pôde vivê-la e de ter sido bastante difícil. A família apresenta uma comunicação conflituosa em que a mãe, em alguns momentos, deprecia os filhos e estes reagem, fazendo “greve de silêncio” (sic).

No momento que falava sobre a sua difícil adolescência, Dona Margarida fez referência à sua família de origem, em que tinha estabelecido difícil convivência com o pai, por ser um homem severo, e por ele ter cometido violência física e psicológica contra ela, seus irmãos e sua mãe. De acordo com dona Margarida, as marcas dessa violência doméstica contribuíram, no primeiro momento, para que ela revivesse essa violência em sua família constituída, ao admitir que a cometeu contra os filhos. No entanto, diz que, a partir do momento que identificou tal vivência, recusou-se a continuar reeditando-a com os filhos, chegando ao ponto de recorrer ao Conselho Tutelar.

Quanto à família constituída pela senhora Margarida, ela comenta que, se por um lado, a relação com o ex-marido foi marcada por violência de gênero, motivo que a levou a se separar; deparando-se, em seguida, com as dificuldades dessa separação: solidão, dificuldade financeira, a fantasia de que a família poderia “terminar” e a dificuldade de administrar sozinha a educação dos filhos adolescentes; por outro lado, diz ter sido o momento que a fez perceber a importância de permanecer mais próxima aos filhos: “nós três juntos dá para

superar” (sic), e acrescenta que contou com a ajuda do grupo da ONG e da Igreja, nesse período.

Durante a entrevista, cada pessoa sentou em uma cadeira formando um meio círculo. Enquanto dona Margarida falava, os meninos ouviam, atentamente. Uma vez ou outra, Flor de Liz interrompia sua mãe, expressando sua opinião ou, quando ficava em silêncio, concordava com ela meneando a cabeça. Por outro lado, Lírio complementava mais a fala da mãe e dirigia seu olhar para ela com mais frequência.

Lírio e Flor de Liz falaram dos momentos de tensão em que viveram a situação de violência física e psicológica doméstica, nomeando-a com clareza e precisão. Lírio expressa, também, quão difícil é ser o único homem da casa. Além disso, compartilharam as modificações que a família vivenciou, após as mudanças ocorridas nas atitudes da mãe, em virtude de sua psicoterapia, do contato com a ONG e com a Igreja.

4.3 A Família de Dona Orquídea e Jasmin

Esta entrevista foi realizada na sede da Organização Não-Governamental, em um dia da semana em que os membros da família estariam participando de uma atividade realizada pela ONG. Logo, o dia, horário e local foram escolhidos à conveniência da família, a fim de que todos pudessem participar.

Esta família, composta por Dona Orquídea (37 anos) e Jasmin (13 anos), sua filha, que está cursando a 8^a. série do Ensino Fundamental II, apresenta uma configuração monoparental e separada. Quanto à vivência da religiosidade, Dona Orquídea afirma que são cristãs e frequentam uma Igreja Batista do bairro em que residem, registrando, ainda, que seu trabalho, como vendedora informal de alimentos e cosméticos, tem possibilitado a manutenção da casa e o cuidado da filha que, por sua vez, conta com a pensão do pai. Dona Orquídea, após a

separação, voltou a estudar e, atualmente, cursa o 2º. ano do Ensino Médio, além de fazer parte de um dos grupos de discussão da ONG.

Dona Orquídea diz que a separação do ex-marido foi em virtude da violência psicológica de gênero, cometida por ele contra ela, ao longo de alguns anos. Registra que no primeiro ano de separada, o ex-marido usava a filha para impor a presença dele na casa, para saber com quem ela saía, onde estava e o que andava fazendo. A partir do momento em que ela diz ter conseguido estabelecer alguns limites, acordados perante o Juiz, para o ex-marido – com relação à guarda da filha, como dia e horário de visita – ele tornou-se mais adequado em seu papel de pai e de ex-marido.

A violência física e psicológica doméstica que Dona Orquídea diz ter cometido contra sua filha, segundo ela, acontecia com mais frequência durante as crises conjugais, às quais ela atribui o seu estresse e sua falta de paciência. Ela acrescenta que, raras vezes, cometeu violência física – através de “tapinhas, empurrões” – e, com bastante frequência, violência psicológica, gritando e forçando Jasmin a se alimentar, mesmo quando esta não desejava.

A mãe apresenta dificuldades em lidar com o lado “questionador” da filha. Segundo Orquídea, Jasmin possui um comportamento de adolescente: “gosta de chamar atenção e apresenta ideias fantasiosas, às vezes, idealistas como as minhas” (sic). Dona Orquídea demonstra preocupação com seu futuro profissional e com sua aparência física, realizando projeto para emagrecer.

Diz ter recebido o apoio de sua família de origem, em diversos momentos de sua vida. Tanto seus pais quanto suas irmãs prestaram ajuda significativa durante as crises do casamento e após a separação. Diz, ainda, ter sido de fundamental importância o apoio que sua mãe e seu pai lhe deram, possibilitando-a refazer a vida com mais tranquilidade: eles incentivaram-na a trabalhar e davam-lhe suporte nos cuidados com Jasmin, enquanto ela trabalhava e estudava.

Dona Orquídea atribui a sua retomada de vida, também, à Organização Não-Governamental, quando esta possibilitou um espaço de acolhimento de suas falas e dores, através do grupo de mulheres. Acrescenta que a ONG facilitou os Cursos, realizados por ela que favoreceram seu acesso no mercado de trabalho e seu exercício de cidadania. Enquanto Dona Orquídea falava, durante a entrevista, sua filha, na maior parte do tempo, permanecia atenta e calada, parecendo concordar com a mãe, concluindo a entrevista com a seguinte frase: “amo minha família e se um dia Deus tivesse que me dar outra vida, eu gostaria de ter a mesma família, a mesma mãe e os mesmos avós. Minha mãe me apoia. A gente conversa muito, troca umas ideias. Acho importante saber a opinião dela, às vezes, sobre o que estou fazendo” (sic).

4.4 A Família de Dona Acácia

Esta entrevista foi realizada na sede da Organização Não-Governamental, conforme sugestão de Dona Acácia (51 anos), única a ser entrevistada, dado o fato de que sua filha Camélia (18 anos), com Ensino Médio completo, não pôde participar por ter iniciado seu primeiro emprego, no dia agendado, e de que seus três primeiros filhos, adultos, com a idade de 34 anos, sexo masculino, e dois do sexo feminino com idades de 30 e 36 anos, não satisfaziam aos critérios de faixa etária, correspondente à Pesquisa.

Em um bairro da Região Metropolitana de Recife, Dona Acácia reside com sua filha Camélia e seu ex-marido, o qual, atualmente, encontra-se com a saúde bastante debilitada, em decorrência de um acidente vascular cerebral - AVC. De acordo com o relato de Dona Acácia, eles permanecem morando sob o mesmo teto, após a separação, por conveniência financeira, mesmo atribuindo o motivo da separação à violência psicológica de gênero e às consecutivas relações extraconjugais dele.

Essa família apresenta configuração de separada, e considera-se cristã, frequentando, esporadicamente, uma paróquia da Igreja Católica Romana de sua comunidade. Diante dessa conjuntura, Dona Acácia, que trabalha informalmente – como costureira – diz ter encontrado tempo e força para voltar a estudar, cursando, atualmente, o 2º. ano do Ensino Médio, e frequenta, assiduamente, um dos grupos de mulheres da Organização Não-Governamental.

Dona Acácia expressa que foi, através das discussões do grupo de mulheres da Organização Não-Governamental, que encontrou tanto o apoio para se refazer, como pessoa, quanto o devido esclarecimento de que suas atitudes de gritos, tapas, espancamento com objetos, era violência física e psicológica doméstica que ela cometia contra seus filhos e filhas. Atualmente, ela afirma não admitir qualquer atitude violenta contra ela ou sua filha, Camélia, e, principalmente, contra seus netos e netas, no intuito de protegê-los, interrompendo, desta forma, o ciclo geracional de violência doméstica.

Durante a entrevista, Dona Acácia fez menção a sua família de origem, falando do sofrimento, na infância, em virtude da perda do pai, quando de sua morte precoce. Relembra que sua mãe teve que trabalhar para sustentar a casa. Dona Acácia diz que considerava sua mãe uma pessoa fria e distante, e que essa cometia, reiteradas vezes, violência física e psicológica doméstica contra ela e seus irmãos.

Ao final da entrevista, Dona Acácia mostra fotos dela antes e depois de conhecer a Organização Não-Governamental, imagens que dão notória visibilidade à sua mudança, quanto à sua forma de vestir, quanto à expressão facial e ao seu sorriso. Mostra, ainda, fotos de sua filha, para demarcar a representação simbólica de sua presença e para expressar sua admiração pela beleza estética dessa filha.

4.5 A Família de Dona Dália

Durante a reunião, para realizar a entrevista acordada, previamente, na casa da família de Dona Dália e Sr. Lótus, que reside em um dos bairros da Região Metropolitana de Recife, em que todos os membros aceitaram participar. Falou-se sobre os objetivos da Pesquisa e foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, como de praxe.

Após essa leitura, o marido diz ter mudado de opinião e que não gostaria de ser entrevistado sobre o tema da violência doméstica, alegando: “eu cometi meus erros, mas, agora estou mudado, e eis que tudo se fez novo” (sic). A esposa interrompeu, dizendo que aquele seria o momento ideal para falar sobre essa mudança, mas ele disse que “não” e acrescentou que se ela – esposa – desejava fazer, que o fizesse, mas ele e os filhos não participariam da entrevista. Dito isso, retirou-se da sala, desculpando-se. E a entrevista passou a acontecer somente com a mulher,.

Essa família apresenta uma configuração nuclear que é composta por Dona Dália (39 anos), casada com o Sr. Lótus (39 anos), com quem teve dois filhos: a menina Papoula (16 anos), que está fazendo o Curso Técnico em Enfermagem; e o menino Lótus Filho (17 anos), que, recentemente, iniciou a graduação em Administração.

O Sr. Lótus trabalha como motorista em uma empresa de ônibus do Recife e tem o Ensino Médio completo; dona Dália, exerce as funções de dona de casa, possui o Ensino Fundamental completo, participa de um dos grupos de mulheres da Organização Não-Governamental, diz ser cristã e que frequenta, juntamente com os demais membros da família, a Igreja Assembleia de Deus.

A família em análise tem encontra-se os filhos adolescentes concluindo o Ensino Médio e entrando em uma Universidade, questionando e trazendo novos valores ao seio familiar, e com o pai que, recentemente, mudou de emprego, ocasionando uma mudança econômico-financeira que afeta a todos os membros.

Dona Dália inicia a entrevista relatando sobre sua família de origem, em que seu pai, segundo ela, uma pessoa muito violenta, cometia rotineiramente violência física de gênero contra sua mãe e violência física e psicológica doméstica contra ela e seus irmãos. Dona Dália descreve sua família de origem como um lugar de tensão, angústia e medo e que, ao longo de sua infância e adolescência, por várias vezes, ela e seus irmãos tiveram que se unir para defender sua mãe e a eles próprios dos ataques de fúria do pai, sendo, em algumas ocasiões, ajudados pelo avô materno e/ou por vizinhos.

De acordo com Dona Dália, em decorrência dos diversos episódios de violência, cometidos por esse pai, ela, com 17 anos de idade, em um desses momentos violentos, expulsou-o de casa e que, por isso, ao longo de sua história de vida, sente-se responsável pela mãe, que permanece lembrando o fato.

Dona Dália reafirma que o pai resolvia “[...] tudo na violência, no tapa, no grito, no chicote”, que essa era sua forma de imprimir respeito; paradoxalmente, ela diz que toda a família tinha um misto de consideração e pavor por esse pai, e acrescenta que ele era alguém que ela amava, embora, ao mesmo tempo, desejasse a sua morte. Ela ainda diz que sua mãe a compara ao seu pai, em virtude das atitudes e gestos parecidos com ele.

Conforme Dona Dália, semelhantemente à sua família de origem, ela se surpreendeu fazendo algo parecido, em sua família constituída, quando cometia violência física e psicológica doméstica contra seus filhos, e quando afirma ter cometido violência de gênero contra seu marido. Após um desses episódios, ao descobrir um caso extraconjugal do marido, e por ocasião da chegada deste alcoolizado, teve uma reação violenta com tapas e gritos. Diante desse fato, ela buscou ajuda na ONG, reconhecendo o episódio como a “gota d’água”.

A partir desse momento, Dona Dália conta que, assim como ela, sua mãe e irmãs e, posteriormente, o marido, também foram buscar ajuda na ONG, acrescentando, ainda, que sua experiência religiosa corroborou para as mudanças ocorridas em seu lar.

4.6 Quadro das Violências Vivenciadas por cada Família

Para melhor compreender as violências vividas no *locus* familiar e, conseqüentemente, suas falas, apresenta-se, abaixo, um quadro com dados que registram as violências vivenciadas por elas.

As famílias componentes deste quadro apresentam realidades marcadas pela manifestação da violência psicológica e física na relação entre o casal parental, assim como entre pais e filhos, grifando que mães e pais são os autores de violência doméstica contra seus filhos e filhas, e, ainda, que estes mesmos pais fazem uso de diversos instrumentos para concretizar as violências físicas domésticas contra as crianças e os adolescentes.

Quadro II – Violências Vivenciadas por cada Família

NOME/IDADE DOS PAIS E MÃES RESPONSÁVEIS PELA FAMÍLIA	TIPO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	TIPO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA CONCRETIZAR A VIOLÊNCIA FÍSICA
Dona Rosa (35 anos) Sr. Cravo (44 anos)	- Física e Psicológica: por parte do primeiro marido contra Dona Rosa	- Física - Psicológica	Mãe e Pai/Padrasto	Filhos (06: 04 meninos e 02 meninas)	Chinelos, mãos e cintos
Dona Margarida (38 anos)	- Física e Psicológica: por parte do ex-marido contra Dona Margarida	- Física - Psicológica	Mãe	Filhos (02: um menino e uma menina)	Chinelos, mãos e cintos
Dona Orquídea (37 anos)	- Psicológica por parte do ex-marido contra Dona Orquídea	- Física - Psicológica	Mãe	Filha (01)	Mãos e colheres
Dona Dália (39 anos) Sr. Lótus (39 anos)	- Física e Psicológica: por parte da esposa/Dália contra o Sr. Lótus	- Física - Psicológica	Mãe e Pai	Filhos (02: um menino e uma menina)	Chinelos, mãos e mangueira de botijão de gás
Dona Acácia (51 anos)	Psicológica: por parte do ex-marido contra Dona Acácia	- Física - Psicológica	Mãe	Filhos (04: um do sexo masculino e três do sexo feminino)	Chinelos, mãos, cintos, cordas, mangueiras, pacotes de alimentos, cadeiras

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: ARTE DE TRANÇAR OS FIOS

A esperança do autor – Straus (1985) reside no sentido de que a punição corporal de crianças e adolescentes em família **vá se extinguindo** e sendo paulatinamente substituída por outro tipo de educação doméstica, na medida em que considere que ‘cada sociedade desenvolva formas de criação de filhos que os preparará para o preenchimento dos papéis que exercerão na idade adulta’. (Viviane Guerra).

Esta análise foi dividida em quatro unidades de sentidos, ou seja, em quatro eixos temáticos, tais como: 1- violências identificadas, 2- vínculos: relações de afeto e poder, 3- dinâmica familiar e o processo de ruptura e 4-caminhos para o rompimento.

No primeiro eixo, houve uma preocupação em distinguir os tipos de violência doméstica contra as crianças e os adolescentes, que as famílias estavam vivenciando; discorrendo sobre as formas e tipos de manifestações de violências vividas e tecidas por todas as famílias.

No segundo eixo, foi registrado como as famílias se vinculavam, consistindo em investigar como autores de violência – os adultos – e pessoas em situação de violência – as crianças e os adolescentes – estabelecem os vínculos, as relações de afeto e poder, compartilhando e vivendo, no mesmo espaço de tensão e violência.

No terceiro, houve uma tentativa de tecer sobre dinâmica familiar, identificando como essa modifica e é modificada pelo processo de ruptura do ciclo da violência doméstica entre adultos e crianças/adolescentes.

No último e quarto eixo, buscou-se nas linhas da vida de cada família, os caminhos para o rompimento, verificando se os vínculos estabelecidos na família favorecem ou dificultam o processo de ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente.

5.1 Unidades de sentido: tecendo com as linhas da vida

5.1.1 Violências identificadas

A violência doméstica contra a criança e o adolescente tem sua própria configuração e pode ser compreendida e/ou agrupada para efeitos pedagógicos em cinco tipos: Violência física doméstica – V.F.D.; Violência psicológica doméstica –V.P.D.; Negligência doméstica - N.D.; Abandono doméstico – A.D.; e Violência sexual doméstica – V.S.D., (podendo subdividir-se em abuso e em exploração sexual).

Nesta Pesquisa, através do material coletado nas entrevistas realizadas com as famílias – atores sociais deste Estudo – distinguiram-se dois tipos de violências, extraídas de suas falas: a Violência física doméstica – V.F.D. – como narra o Sr. Cravo: “É qualquer atitude de agressão que a gente acha que é natural. É uma violência: um beliscão, um tapa, empurrão” (sic). E a violência psicológica doméstica – V.P.D. – como relata a menina Flor de Liz: “Agredir com palavras é tortura [...] tortura. Isso também é uma forma de agressão, de violência” (sic).

A violência psicológica apareceu também nomeada em narrações de três outras pessoas entrevistadas, como violência verbal, provavelmente, porque para essas pessoas essa última se manifesta através da fala. Não obstante, Aldrighi (2006) aponta, ainda, a violência verbal como mais uma forma de violência na família, quando a define, dizendo que é “A utilização das palavras com o intuito de menosprezar, humilhar e intimidar qualquer conduta que possa levar a uma certa independência (ALDRIGHI, 2006, p. 205)”.

Essa mesma autora nomeia a violência psicológica também como violência emocional, conceituando-a da seguinte forma:

O uso da palavra, de insultos, ameaças, hostilidade, destruição de objetos pessoais, entre outros. O objetivo é interferir nas relações que podem trazer apoio à vítima, criando barreiras que impeçam as atividades rotineiras, com o intuito de obter controle psicológico (ALDRIGHI, 2006, p. 205).

Grifou-se, também, a precisão com a qual a menina Flor de Liz se refere à violência psicológica doméstica, como tortura. Foi lembrado que essa palavra apresenta forte significado de aflição, martírio, mortificação e, além disso, tem uma conotação política, associada aos regimes autoritários que abusam do poder e da força física e psicológica. Diante dessa perspectiva, Guerra (1998, p. 33) faz a seguinte declaração:

A violência psicológica também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental.

O fato de a Violência física doméstica ser apontada pelo Senhor Cravo como algo “natural”, provavelmente, sinaliza não somente a banalização da violência na sociedade, como também, a legitimação dessa violência no seio das famílias como algo que faz parte da educação doméstica, em que os adultos exercem sua autoridade como abuso de poder para educar as crianças e adolescentes: batendo, castigando fisicamente e exigindo obediência incondicional. Guerra (1998, p. 95) critica essa suposta ordem de naturalização ao afirmar que:

Autoridade do adulto sobre a criança é pensada como natural e não como social. A criança deve submeter-se ao adulto porque ele lhe é naturalmente superior. Os pais, que assumem esta função por um fato da natureza, têm direitos prioritários sobre a criança. Sua dependência social é transformada em dependência natural. A obediência se torna um dever exclusivo da criança, e sua revolta é encarada pelo adulto como uma transgressão aos direitos do próprio adulto.

Esses mesmos espaços familiares, em que se defende o uso da força física como meio de educar, possibilita que os pais e as mães adestrem os filhos e filhas para aceitarem e aguentarem a violência como algo natural, apropriado para seu processo educativo.

O senhor Cravo acrescenta e demarca a gravidade dessa naturalização da violência na família; enfatiza-se que essa gravidade não se restringe somente ao espaço familiar, considerado privado, mas que ela permeia, concomitantemente, o contexto público, social.

Eu achava natural dar empurrão, porque eu vim de uma família um pouco complicada, em que todos se acostumaram e se habituaram a certas atitudes de violência, pegou aquele costume, achava que isso era um comportamento natural do ser humano, mas isso é muito grave (Senhor Cravo).

Segundo Azevedo e Guerra (1995), Guerra (1998), a violência física doméstica é compreendida pela família como forma de disciplina, em que os castigos e punições corporais tornam-se costumes; são considerados e enfatizados como método adequado para a boa educação. Então, os pais e/ou responsáveis admitem que a disciplina física consiste em um procedimento eficiente para polir e formar as crianças e adolescentes, transformando-os em pessoas submissas e obedientes, afetando sua iniciativa, espontaneidade e criatividade. Entretanto, essas mesmas crianças e adolescentes podem, semelhantemente, apresentar o outro lado dessa educação autoritária: a predisposição à rebeldia.

No que se refere à violência física doméstica, foi identificado que seus autores recorrem, comumente, ao uso de objetos dos mais variados, na execução do bater em seus filhos e filhas. Seja em nome da educação, do desespero, da desobediência, da falta de informação e/ou do propósito de aplacar a rebeldia dos educandos, os adultos continuam utilizando instrumentos e objetos para atingirem os corpos das crianças e dos adolescentes, marcando-os e causando-lhes dor física e psíquica. Como exemplo, destaca-se, na fala da Sra. Dália:

Quando batia em minha filha, ainda criança, usava uma mangueira de fogão, de botijão. Eu bati muito nela. Certa vez, ficou um monte de marcas de 'x'. Então, ela chorou, chorou, chorou de dor. Dentro da mangueira tem aço, assim cruzadinho. Meu Deus do céu! Aquilo inchou, ficou a marca assim. Só que eu não sabia e eu não dei com tanta força, mas pra ela, que é uma criança, eu não lembro a idade, quando eu bati foi demais (Senhora Dália).

No caso da Sra. Acácia, ela utilizava uma variedade de objetos:

Eu batia nos meus filhos de corda, eu batia de cinturão, eu batia de mangueira. Dei na minha filha com pacote de café e de leite, tudo eu fiz com meus filhos. Eu só não tirei sangue, bati muito nos meus filhos, até cadeira atirei neles (Dona Acácia).

Essa é uma das formas de violência que deixa marcas visíveis, tanto nas meninas quanto nos meninos, e se caracteriza como fenômeno recorrente. Segundo Guerra (1998, p. 45), os meninos sofrem mais violência física doméstica, na infância; e as meninas, na adolescência; e a sua “taxa de recidivas é de 50% a 60% ,quando não se instauram as medidas de proteção” para com as crianças e os adolescentes. Vecina (2006) aponta um Estudo, realizado entre 2002 e 2004, pelo Setor de Psiquiatria Social da UNIFESP, em São Paulo, que revelou a prevalência de 70,2% de violência física contra a criança e o adolescente. Para as referidas autoras, tanto homens quanto mulheres estão presentes, nas pesquisas, como autores de violência doméstica, sendo estes que exercem funções parentais, de quem as crianças e os adolescentes dependem, e em quem confiam. Em nossa Pesquisa, a mulher e mãe aparece como a principal autora de violência física e psicológica doméstica contra a criança e o adolescente.

Um dado importante, que aparece na fala de Dona Rosa, quando descrevia atitudes de gritar e bater que praticava em seus filhos e filhas, é a falta de consciência, é o desconhecimento de que estas ações se constituem em violência doméstica física e psicológica. Portanto, essa falta de consciência, de conhecimento, provavelmente, dificulta a identificação e o reconhecimento do tema, levando a atuações consideradas irracionais.

Atente-se para sua fala:

[...] na realidade eu não sabia que o que eu fazia era violência. Eu dava grito e não pedia desculpas, eu batia e não explicava o porquê. Às vezes agredia mesmo, mas, com o passar do tempo a gente vai descobrindo que violência é tudo que agride o ser humano, não é? Para mim, hoje, violência é falar grosso, ser mal educado com as pessoas e não ter respeito (Dona Rosa).

Pondere-se que, em seu percurso de vida - “o passar do tempo” - , ela identifica o que é violência – introjeta o saber –, apropria-se do conhecimento e descobre que pode rever sua ação. Quando ela explica porque bate e/ou desculpa-se quando grita, provavelmente, reconhece que sua atitude não é a mais adequada. Contudo, será que o desculpar-se e/ou

explicar-se evita a humilhação e o constrangimento de seus filhos e filhas? Os autores que trabalham com a temática como, por exemplo, Greven (1992), Azevedo e Guerra (1995), Guerra (1998) afirmam que essa vivência gera os mais diversos sentimentos de raiva, medo, angústia, vergonha, ódio, hostilidade e que podem ser, às vezes, negados, reprimidos e até esquecidos, porém não desaparecem. “Tudo permanece gravado no mais íntimo do ser e os efeitos da punição (e humilhação) permeiam nossas vidas, nossos pensamentos, (nossos corpos), nossa cultura” (GUERRA, 1998, p. 48).

A exemplo disso, nesta Pesquisa, Dona Margarida relembra, no papel de filha, as marcas da violência vivida em sua família de origem, que a acompanharam por toda sua vida.

Ficaram muitas marcas, muitas cicatrizes, a gente se torna um adulto inseguro das coisas, sem saber o caminho que vai seguir, sem saber lidar com cada situação, porque aquele período da sua vida foi roubado, então tudo é muito complicado. Tem situação realmente muito difícil, que dói, quando eu lembro me emociono (Margarida).

Para a Organização Mundial de Saúde – OMS (2002) a violência acarreta, incontestavelmente, sequelas emocionais de difícil elaboração para as pessoas que a vivenciam. E, segundo Aldrighi (2006), a violência deixa marcas físicas e psicológicas, e pode ser sinalizada diante de quadros de depressão e de ansiedade, autoestima baixa e até mesmo suicídio.

Essas configurações de violência que foram nomeadas nesta Pesquisa, não necessariamente, vêm a ser conectadas: pode acontecer violência psicológica doméstica, sem a presença de violência física doméstica. Porém, quando ocorre a violência física doméstica, essa virá sempre acompanhada pela violência psicológica doméstica. Esta última afirmação pode ser verificada na fala do menino Lírio, que relata acontecer em sua família os dois tipos; sendo que eles nomeiam a violência psicológica doméstica como verbal: “Tem violência verbal e de vez em quando física”. Sua mãe, Dona Margarida, confirma: “A gente se agride

muito verbalmente e fisicamente, às vezes, também”. Neste caso, essas duas violências aparecem imbricadas e andam de mãos dadas.

Na violência psicológica doméstica, o autor de violência deprecia, ataca, constantemente a pessoa em situação de violência, sendo um dos motivos de dano à autoestima dessa pessoa. Dona Orquídea, que também nomeia a violência psicológica doméstica como violência verbal, referindo-se aos xingamentos, gritos e palavras grosseiras que sofreu, diz: “A violência verbal deixa a gente sem saída, deixa a gente sem autoestima, deixa a gente lá embaixo mesmo, a gente não é nada” (Dona Orquídea).

Essa violência acarreta danos não manifestos inicialmente, mas implícitos e subjetivos à pessoa que a vivencia; ela também interfere no desenvolvimento e no crescimento psicossocial das crianças e dos adolescentes.

A violência psicológica acompanha e está presente em todas as outras formas de violência doméstica. Ela acontece, com frequência, nas relações de afeto e de convivência e, por falta de evidências imediatas e visíveis, torna-se um tanto difícil, em alguns casos, de ser caracterizada e notificada.

Outro dado relevante que surge nas falas das mulheres - a seguir - é que as violências vividas, no espaço doméstico, aparecem e se intensificam diante de: um momento de dor, doença, perdas, situações de sofrimento, falta de paciência, e quando o diálogo se esgota e diante da relação conjugal deteriorada, afetando a comunicação e a relação de todos. O primeiro exemplo é o de Dona Rosa quando diz:

No período que eu fiquei doente assim - com depressão -, eu fui severa, pra lá de bicho. Falava duas, três vezes e perdia a paciência [...]. E no processo da morte da minha avó eu também agredi mesmo meus filhos. Eu cheguei ao ponto de querer jogá-los pela janela, não tinha paciência se chegasse junto de mim. Foi terrível! Batia mesmo neles! (Dona Rosa).

Em um outro fato, Dona Orquídea fala que sua falta de paciência a impelia a cometer violência com sua filha:

Eu gritava com ela, com minha filha. Eu acho que uma forma de violência é gritar. Bater, bater nela diariamente eu não batia, mas quando eu perdia a paciência... Houve uma vez que perdi a minha paciência na hora de alimentá-la. Eu dizia: 'abre a boca pra comer' e, então, eu comecei a empurrar, empurrar a colher toda, só pra comida entrar. E ela chorou porque não queria, e eu forçando, forçando (Dona Orquídea).

Em um terceiro caso, a senhora Acácia chama a atenção, dessa vez, para a falta de diálogo consigo e com os outros, como válvula motriz desse desencadear de violências:

A violência doméstica começa quando a gente não consegue conversar. É quando nem você me escuta nem eu escuto você. A gente começa a não escutar os maridos nem os maridos a escutar a gente. Daqui a pouco a gente não consegue escutar os filhos. Só que eu fiz uma coisa muito errada: eu fui violenta comigo mesma quando não me escutava (Dona Acácia).

E Dona Margarida fala que a vivência da conjugalidade violenta, a separação do marido, a solidão e a falta de orientação para administrar a casa, os filhos e a própria vida, desencadearam estresse, falta de "controle emocional", motivos para "de repente explodir com os filhos" (sic):

Quando eu me separei, pensei que minha família estava desfeita. É, acontecia violência, mesmo o pai estando presente há violência porque o pai bebe e agride a mãe e a mãe, pô, agride os filhos. Porque a mãe se acha só, a responsabilidade fica muito pesada e a pessoa não tem um controle, assim emocional, como é que eu posso dizer? Sem uma orientação. E se sente um pouco perdida pra lidar com as situações e, de repente, explode com os filhos, não sabe nem por que está fazendo aquilo. Depois vem a se arrepender, mas aconteceu (Margarida).

Essas mulheres (Rosa, Orquídea, Acácia e Margarida), que também desempenhavam o papel de mãe, protagonizavam suas dores e atuavam como autoras de violência doméstica; e, durante as entrevistas, falaram que a violência doméstica física e psicológica era desencadeada ou iniciada diante de situações de sofrimento e perdas. Enquanto que os seus filhos e filhas adolescentes apontaram para a própria configuração de violência como forma de desencadeá-la, como também para a relação com a autora da violência. Talvez eles –

meninos e meninas – estivessem falando, ainda, sobre os sistemas de opressão a que eles são submetidos. Para o menino – Lírio – a violência começa, quando “Há discussão. É assim: arenga, desobediência, um monte dessas coisas que desagrada”. E para a menina Flor de Liz: “Ela (a violência) começa com brigas entre nós e mamãe”.

Percebe-se também, que o menino Lírio aponta a “desobediência”, ele se coloca nesse processo de violência, sentindo-se responsável, ou melhor, sente-se culpado pelas “discussões... arenga...” E quando ele se referiu às “coisas que desagrada”, lançou um olhar para a sua mãe. Conforme Guerra (1998), este sentimento aparece nos filhos e filhas que vivem em situação de violência física, deixando registro de que existe “o erro” e que esse foi provocado por eles e elas, sem relacionarem as imbricações dessa violência com um contexto social mais amplo. Este sentimento coexiste em uma lógica para a criança e o adolescente quando:

[...] Devem aprender que são “responsáveis” por estes quadros de violências, ou seja, as causas do problema são individuais, devem ser hipostasiadas como culpa e jamais remetidas a questões mais amplas que se interliguem a problemas familiares, sociais etc. O resultado deste tipo de prática: seres humanos que de antemão buscam o erro em si mesmos (GUERRA 1998, p. 43).

Essa relação em que mulher e mãe atuam como autora de violência física e psicológica domésticas, com seus filhos e filhas, diz respeito a um ciclo dinâmico entre adultos, responsáveis, pais e crianças, adolescentes, em que a violência que aflora tem o formato de um processo que envolve expectativas, frustrações, violências, marcas e dores, demonstrado, por exemplo, através da fala da Sra. Dália, referindo-se à sua filha, quando diz: “Então teve um dia que ela fez uma coisa que eu não lembro o que é. Eu peguei e bati muito nela porque era desobediente demais (Dália)”.

Os adultos - pais e responsáveis - explicam o porquê de baterem nos filhos e filhas, atribuindo motivos que, em sua ótica, justifiquem tal atitude: “era desobediente”; “problemático e difícil”; “criaturas que estão sempre criando problemas”. Logo, posso

castigá-los, para “torná-los melhores”, o que é legitimado pela posição de poder que ocupam como pais educadores. De acordo com Guerra (1998), esses mesmos pais, provavelmente, constroem, em seus imaginários uma idealização de criança ou adolescente que não corresponde à realidade, ao modelo comum, e não representa seus filhos e filhas. Como esses pais, Dona Dália, sentindo-se frustrada porque sua filha não conseguia corresponder à sua expectativa, depreciava-a e castigava-a mais uma vez, afirmando que a filha “[...] para ser a menina da família teria que ser a tampa de crush” (sic). Esta fala de Dona Dália retrata a continuidade e manutenção do ciclo da violência, através da exigência feita por ela à sua filha, e que, provavelmente, extrapola a capacidade emocional e intelectual da faixa etária da menina, simbolizando também, nessa perspectiva, o que os adultos estabelecem nas relações de convivência com as crianças e os adolescentes para manterem esse ciclo violento. Azevedo e Guerra (1995, p. 48), Guerra (1998, p. 43) afirmam que essa relação “caracteriza-se por ser uma relação sujeito-objeto: os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais, pesa sobre eles uma expectativa de desempenho superior às suas capacidades”.

Foi identificado ainda, nesta Pesquisa, que as pessoas, vivendo tanto a conjugalidade quanto a parentalidade, imprimem, por meio da violência física e/ou psicológica doméstica, uma cadeia, ou melhor, um ciclo em formato de espiral, um contínuo de manifestações que não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de acontecimentos. O pai estabelece relação violenta com a mãe e, por conseguinte, desencadeia violência da mãe para com os filhos e/ou filhas. No depoimento de Dona Acácia, esse ciclo é narrado com precisão:

Ele brigava comigo de noite e de dia, quando ele saía, eu batia nos meninos. Os meninos nem podiam brincar que eu ‘metia o pau’. Eu lembro quando meu filho perguntou como era fazer o ‘b’ com ‘a’, e eu rasguei o caderno e meti na cara dele. E era aquele transtorno na minha vida (Dona Acácia).

Para a Sra. Orquídea, esse ciclo foi desencadeado quando ela expressa:

Comecei a sofrer quando comecei a ver a indiferença dele – do marido. Eu comecei a ver pela atitude dele de frieza. Comecei a sentir ele mais frio e distante. Então ele me maltratava, ele não batia, mas ele era assim frio, indiferente. Ele saía pra trabalhar pela manhã cedinho e chegava à noite. O que ele trazia era uma sacola de pão e jogava lá na mesa e se mandava. Eu não tinha mais marido. *Então isso me deixou muito nervosa e, às vezes eu descontava nela. Ela era tão pequena e eu descontava nela, na minha filha.* Não tinha muita paciência, entendeu? Tudo me fazia perder a paciência porque eu estava passando por uma situação muito difícil (Sra. Orquídea).

No primeiro momento, a mulher e mãe se destaca como a autora de violência física doméstica com seus filhos e filhas, no entanto, o que foi percebido e identificado é que essa conjuntura diz respeito a um ciclo maior em que todos e todas são atingidos: de forma padronizada o homem/marido violenta tanto a mulher/esposa quanto os filho/as, e a mulher/mãe, por sua vez, violenta os filho/as. Contudo, pode-se acrescentar que a mulher/esposa pode também violentar o marido/esposo, como aparece nesta Pesquisa.

Com relação à violência identificada entre o casal parental, um caso em particular salta aos olhos, em virtude de suas peculiaridades: mulher/esposa que bate no homem/marido. A Sra. Dália diz:

Já dei tabefes nas costas dele. E houve outras agressões físicas, por conta de camisa melada de batom e uma outra vez porque ele chegou totalmente embriagado. Eu o empurrei da cama; ele caiu e disse: ‘Está doida?’ Eu disse: ‘na minha cama não vai dormir não. Vá para o chão’. E, então, ele foi. Eu sempre fui agressiva com ele, mas ele nunca foi agressivo comigo [...] (Dália).

Na cultura brasileira, predominantemente o homem tem cometido violência contra a mulher. Apesar disso, nesta pesquisa, uma mulher se apresenta como autora de violência contra o homem, seu marido. Para Tânia Aldrighi (2006), a violência conjugal da mulher contra o homem é um fenômeno social quase que ignorado e pouco discutido. Talvez porque, no imaginário social, os estereótipos construídos do masculino – forte, viril, detentor do poder

– e de feminino – frágil, passiva, desprotegida, fraca – distorcem a compreensão de que mulher também pode cometer violências, e que estas podem ser aprendidas no processo de socialização. Isto integra a ideia de que ninguém nasce violento, mas pode vir a se tornar.

É interessante como os mesmos estereótipos interferem nos registros e notificação dos casos. O homem que sofre violência, por parte de sua companheira, tem dificuldade de prestar queixa, com receio de colocar em xeque a sua “masculinidade”, conforme Machado e Araújo (2004, p. 38) consideram, quando expressam que:

Esse fenômeno é estatisticamente muito menos freqüente que a violência contra mulher praticada pelo homem e, mesmo quando ocorre, é raramente denunciada, por razões que vão desde a denúncia de uma instância específica para acolher tais denúncias [...] até a vergonha moral em tornar público um fato que põe em risco a própria masculinidade.

No entanto, Dona Dália é quem denuncia e revela, quando comenta que deu “tabefes, empurrões e gritos” no seu marido. Em sua percepção, ela foi “agressiva”, o que subentende-se que foi violenta. Isso denota que ela cometeu violência física e psicológica contra ele. Para Machado e Araújo (2004), essa violência pode ser nomeada como violência de gênero, compreendida como uma relação dialética, em que o poder circula. Assim mulheres e homens exercem seus poderes, ainda que de forma desigual. Com isso, desperta a atenção, quando a senhora Dália se assume como autora de violência, quando diz que “Eu sempre fui agressiva com ele, mas ele nunca foi agressivo comigo”. (sic)

Contudo, parece que a senhora Dália desconhece quando ele é violento com ela ou nega as atitudes do marido como manifestações de violências, por exemplo, chegar a sua casa com a camisa manchada de batom, bêbado, e/ou quando a chama de doida. Cogita-se, ainda, a possibilidade de que, para dona Dália, a violência se manifesta, tão somente, de forma física – bater, agredir fisicamente, lesão corporal – desconhecendo a violência psicológica e a

concepção de que o poder e a dominação-opressão circula, ora está na mão dela, ora na dele, ganhando formas diferentes em momentos diversos.

Considera-se que, mesmo quando a senhora Dália aparece exercendo sua dominação, agindo como autora de violência – “Já dei tabefes nas costas dele. E houve outras agressões físicas,” – ela pode estar protagonizando o poder e a opressão masculina, podendo até mesmo, estar se defendendo e/ou rebatendo e revidando as violências vividas com o marido e com o pai.

Pode-se também considerar que Dona Dália está reeditando, em sua família constituída – marido e filhos – as violências vividas em sua família de origem – pai que batia em sua mãe, em seus irmãos e nela própria. De acordo com Azevedo e Guerra (1995, p. 52) e Guerra (1998, p. 48), “Os padrões de violência dirigidos contra as crianças tornam-se modelos de violência dirigidos contra outros adultos amados, especialmente esposas, maridos, amantes”.

Pondere-se, então, que Dália está falando também, através de seus atos, da possível identificação com o autor de violência – seu pai – pois a violência vivida na relação foi assimilada por ela como referencial de afeto, legitimado por sua mãe, quando afirma:

Minha mãe diz que eu tenho o jeito de falar e de gesticular como meu pai; tem hora que é igual a ele. Depois que a ficha caiu, eu entendi que quando eu magoava e ofendia as pessoas, eu nem percebia. Sinto, hoje, uma dor. Parece que fui eu que apanhei. Eu era agressiva demais por conta da vida que eu já tinha vivido com meu pai. Isso me deixou agressiva, violenta. Eu bati pra valer nos meus filhos, e até no meu marido. Não estou justificando não; só compreendi. (Dália)

O ciclo doméstico da violência é vivido de forma particular, por cada pessoa que participou, presenciou e/ou sofreu violências, e esse viver implica, para alguns, o reagir, ao longo da vida, com o formato que apreendeu, através da violência. Para Dália, seu pai foi seu modelo, seu referencial de afeto. Então ela responde, às situações adversas como ele, falando

da forma como experimentou os efeitos de uma relação violenta para além das marcas visíveis, reproduzindo os rudimentos da menor partícula social, o grupo familiar.

Registre-se ainda que, a violência doméstica é um fenômeno da relação e, como tal, deve-se compreender que suas manifestações ocorrem em um contexto de afinidade relacional e de convívio formalizado, denotando que ela pode acontecer com todos os membros do grupo familiar, com os quais se estabelecem laços afetivos: entre o casal parental, os pais com relação aos filhos e filhas e entre os irmãos.

5.1.2 Vínculos: relações de afeto e poder

Parte-se do pressuposto de que mulheres e homens, crianças e adolescentes, todos são sujeitos sociáveis que nascem, convivem e morrem em uma sociedade, e que todos precisam um dos outros para viverem e sobreviverem. Segundo Rojas-Bermúdez (1980, p. 22) “o homem isolado, só, é uma abstração, não existe. Para ser, nascer, viver [...] necessita de outros.”

E eis o princípio básico: estar com o outro, coexistir, isso significa estabelecer vínculo, o que, por sua vez, se traduz em uma experiência emocional de continuidade, em que duas ou mais pessoas estão relacionadas umas com as outras. Essa experiência acontece na relação de permanência entre as pessoas. Conforme Bucher-Maluschke (2004, p.160, 161), etimologicamente, vínculo é uma palavra de origem latina, do verbo “vinculare, atar”, pode ser também compreendido como na citação a seguir.

Atar e é utilizada para expressar a união entre uma pessoa com outra na pressuposição de que haja certa durabilidade. Daí a expressão vínculo materno, vínculo paterno, vínculo conjugal e, saindo da esfera familiar, vínculo profissional, por exemplo. Outra expressão muito utilizada neste contexto é laços sociais, laços matrimônios, significando união, aliança, e também como sinônimo de vínculo (BUCHER-MALUSCHKE, 2004, p. 160, 161).

Logo, vínculo é compreendido como relação. Para o criador do Psicodrama, Jacob Levy Moreno (1983), os homens e as mulheres são sujeitos da relação esta não existe sem vínculos. Diante disso, deseja-se esquadrihar como autores de violência e pessoas em situação de violência estabelecem os vínculos, as relações de afeto e poder, vivendo no mesmo espaço de tensão e violência.

Por isso é de se compartilhar a ideia de que a violência doméstica é um fenômeno da relação, pois diz respeito aos laços hierárquicos de convivência violenta, com abuso de poder entre pessoas que estabelecem vínculos afetivos e/ou de parentesco e/ou de convivência (CHAUÍ, 1985; GUERRA, 1998; AZEVEDO e GUERRA, 2001; SOUZA, 2004 e SANTOS, 2004).

Dessa forma, os vínculos estabelecidos entre autores de violência e pessoas em situação de violência vêm elucidar as relações constituídas de acordo com as desigualdades – de hierarquia, idade, poder e gênero – que têm se caracterizado por funções e papéis exercidos e apreendidos, no contexto familiar, revelando-se, no espaço doméstico, o lugar em que as pessoas principiam a construção de sua rede afetiva, vincular e cultural. Portanto, é interessante considerar a violência doméstica como um sintoma da relação, enquanto que a relação é um aspecto que diz respeito ao humano que se constitui no coletivo, na construção da afinidade e dos vínculos, permeado pela cultura, pelo social, político, econômico, religioso e afetivo.

Nesta pesquisa, foi identificado que cada família – ao descrever seu modo de se relacionar e de estabelecer seus vínculos familiares – remete a períodos diferentes de sua história. Parece existir um primeiro período que pode ser representado por uma tensão ocasionada pela violência, que seria o auge da vivência de violência pela família, no contexto doméstico. Um segundo momento seria a interação com a Organização Não-Governamental, a participação das mulheres e adolescentes dessas famílias entrevistadas, no grupo de discussão

da entidade e no espaço de psicoterapia. Esse período é compreendido como uma ação externa de intervenção direcionada à família, mas que precisa encontrar um eco nessa própria família.

Entende-se, então, que esses momentos não foram vividos de forma linear por cada família, mas com um formato dinâmico, marcado pelo próprio movimento das relações entre as pessoas e de como cada uma se afeta, mutuamente. Nessa perspectiva, cada família considera que esses períodos foram vividos de forma diferente, por estabelecerem vínculos marcados de acordo com o contexto em que ela está inserida. Para Pichon-Rivière (1998, p. 14)

O vínculo configura uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que funciona acionada por motivações psicológicas, resultando daí uma determinada conduta que tende a se repetir, tanto na relação interna como na relação externa.

No primeiro período, todas as famílias fizeram referência à convivência conflituosa entre o autor de violência e a pessoa em situação de violência doméstica, e quão difícil é compartilhar do mesmo espaço de tensão e violência, *locus*, que desencadeia os mais diversos e ambivalentes sentimentos estabelecidos entre os subsistemas de referências de afetos: pais e filhos, mães e filhos, marido e mulher.

Essas relações organizadas por meio da violência psicológica e física doméstica estão permeadas, paradoxalmente, por sentimentos e emoções como: alegria, ódio, terror, amor, raiva, medo, tristeza, vergonha, angústia, decepção, culpa e medo, que são fatores presentes nos vínculos. Todavia, a dimensão e proporção desses sentimentos ganham outro teor para as crianças e os adolescentes, sobretudo quando o autor ou a autora de violência é a figura de referência afetiva: pai, mãe, padrasto, madrasta, tios, avós, etc.

Os sentimentos de medo, raiva e ódio foram encontrados, com mais frequência, nas falas das famílias com vivência de violência doméstica. Nessas famílias, o autor de violência estabelece seus vínculos e relações marcados por momentos que aterrorizavam e angustiavam a pessoa, em situação de violência, como afirma Dália, uma das entrevistadas:

Meu pai batia na gente, então a gente ficava com medo de tudo e por tudo o tempo todo: uma cama desfarrada, a gente apanhava; se chegasse numa hora que seria para estar dormindo e não estivesse dormindo, a gente apanhava; quebrava uma jarra, apanhava. Era tudo na violência, violência, violência (Dona Dália).

Em decorrência da fala de Dona Dália, pondera-se que esse medo pode se instalar na relação, desalojando e imobilizando a pessoa que vive em situação de violência, até mesmo para sobreviver. Esta pessoa, que vive em situação de violência, passa a atuar, correspondendo às expectativas e desmandos do autor de violência, no pacto do silêncio. O medo de “apanhar”, o medo de não corresponder à exigência desse outro – referencial de afeto e obediência – o medo de “perder” a pessoa amada – o pai e/ou mãe – o “medo de tudo e por tudo o tempo todo” faz com que todos e todas permaneçam silenciados, por algum tempo, levando-os a acreditar que esta é a única forma de se relacionar e de estabelecer os vínculos. Sendo assim, o pacto do silêncio alimenta e fortalece as situações de violência, favorecendo que o vínculo violento perdure.

Foi identificado nesta Pesquisa que, muitas vezes, os sentimentos de ódio, medo, vergonha e culpa podem interferir no processo de ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente, adiando-o, mas não o impedindo de acontecer. Como já mencionado, os sentimentos estão presentes nos vínculos e podem intervir na relação de forma surpreendente. Dália relembra, ainda, um difícil momento marcado pelo ódio e pela raiva, em que os filhos e filhas reagiram:

Para defender nossa mãe e a nós mesmos dele, no dia em que ele bateu, bateu muito na mãe. [...] Naquele momento, minha irmã pegou uma vassoura, meu irmão menorzinho pegou uma garrafa, a gente se armou do que a gente pôde pra tirar ele de cima dela. Minha irmã foi a única que conseguiu chegar mais perto dele, então ela quebrou a vassoura nas costas dele e ele parou. Mas ele a odiou por isso. Foi ela que teve a iniciativa. Ele morreu sem falar com ela (Dália).

Nesse momento, Dália fala da forma como seu grupo familiar de origem estabelece seus vínculos. Filhos e mãe constituem uma relação de afeto e solidariedade e diante da violência física doméstica, ocorre uma reação, invertendo os papéis, quando os filhos e filhas unidos defendem a mãe desse pai violento. Ela descreve o poder desigual entre o casal parental e enfatiza a relação entre os irmãos, ou seja, a relação de fratria, em que precisam permanecer juntos, fortalecendo ainda mais os vínculos fraternos para se defender da violência paterna: “Por não mais suportar tanta violência[...] a gente se armou do que a gente pôde [...]” (Dália).

Pode-se também considerar que houve uma iniciativa de uma rede espontânea de proteção e apoio, quando os irmãos se unem para defender a sua mãe e a si mesmos da violência do pai. Inclusive esta rede espontânea de proteção também acontece com a participação de outros parentes e até mesmo de vizinhos e outras pessoas da própria comunidade em que eles vivem. A própria Dália relembra que, em outro momento, quando ela teve a iniciativa de mandar o seu pai embora, depois de vários episódios de violência e ameaça de morte, por parte dele, contou com a ajuda também do avô e de um vizinho.

Compreende-se que cabe aos pais a função social de estabelecer limites, cuidar, proteger, e exercer sua autoridade, sem abuso de poder. No entanto, os filhos e filhas entrevistados sinalizam que, ao assumir a parentalidade, seus pais incorporam uma relação de autoritarismo e desigualdade, ao mesmo tempo em que passam a considerar seus filhos e filhas como objetos: “Eu bato para você obedecer (mãe de Flor de Liz)”; “Eu sei o que é melhor para você (mãe da criança Girassol)”; “Eu mando você obedecer e pronto (mãe de Lírio)”; “Minha conversa é o chicote (pai de Dália)”.

Essas frases são acompanhadas por atitudes de violência física, legitimando o bater para educar. Portanto, as queixas desses filhos podem assinalar a dificuldade desses pais e mães em reconhecerem cada filho e filha como um ser singular e de estabelecerem com seus

filhos e filhas relações que não são mediadas, através do uso da força, sem considerar seus desejos, suas falas e sua liberdade. Esse comportamento suscita, nesses filhos e filhas, a dor de serem considerados coisa e reforça a desigualdade da interação. De acordo com Marilena Chauí (1985), o fenômeno da violência pode ser compreendido como um processo de “coisificação” do sujeito, entendendo que essa violência, produzida numa relação desigual, acontece quando a fala e a atividade do outro são anuladas. A violência doméstica é:

[...] A conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. [...] a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Percebe-se ainda, que os vínculos entre mães e filhos apresentavam-se estremecidos e fragilizados, mas não romperam, mesmo diante dos conflitos desencadeados pelo fator “violência doméstica”; eles permaneceram vivendo, no mesmo espaço, demarcado por vínculos cuja dimensão do relacionamento é de inter-relação e interdependência. Isto é, observado que a ruptura acontece no vínculo violento, mas não no vínculo de convivência. Contudo, à proporção que essa mãe “mudava”, o fenômeno que emergia sinalizava a modificação, também, da relação com os filhos e filhas. Para Piszczman (2006, p. 150) “os fenômenos são contextualizados, ou seja, estão organizados em sistemas em constante movimento e interrelacionados, de tal modo que qualquer alteração em um sistema provoca alteração nos demais”.

No segundo período, percebe-se que o movimento dessas famílias foi o de estabelecer vínculos em direção ao encontro do outro, e, para Moreno (1993, p. 73), significa que o encontro consiste em um “mover-se do Eu para o Tu e do Tu para o Eu”, encontro consigo e com o outro, que implica aprendizado carregado pelo afeto, pela emoção, pela experiência de

ser e pela possibilidade de se lançar para o novo caminho em direção ao processo de ruptura do ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente.

Ainda, de acordo com J. L. Moreno (1993), o conceito de encontro vai além da palavra alemã “zwischenmenschlich” (inter-humano) e/ou da palavra inglesa “interpersonal” por ser considerado por ele um conceito vivo que abrange diferentes esferas de vida:

Significa estar junto, reunir-se, contatos de dois corpos, ver e observar, tocar, sentir, participar e amar, compreender, conhecer intuitivamente através do silêncio ou do movimento, a palavra ou o gesto. [...] a palavra encontro contém como raiz a palavra “contra”. Abrange, portanto, não apenas as relações amáveis, mas também as relações hostis e ameaçadoras: opor-se a alguém, contrariar, brigar. Encontro é um conceito em si, único e insubstituível (MORENO, 1993, p. 73).

Encontro, para esse Autor, vai dizer da condição de ser humano, no que diz respeito ao conviver, ao amar, mas também, refaz a ideia de brigar, como opor-se a alguém, discordar, contrariar, expressar ideias contrárias, possibilitando-o pensar em rupturas.

Nesta Pesquisa, três mulheres (Margarida, Orquídea e Acácia) romperam o vínculo conjugal, separaram-se dos maridos, como forma de romper com essa violência, diferentemente de Dona Rosa e do Sr. Cravo, e de Dona Dália e do Sr. Lótus que não se separaram, mas re-significaram os vínculos violentos, sem romper os laços de convivência, confirmando que, necessariamente, não é preciso romper a relação, mas é fundamental, imprescindível romper o vínculo violento, a violência física e psicológica doméstica.

Durante as entrevistas, as mulheres falaram que o encontro foi possível devido à convivência estabelecida na Organização Não-Governamental. Dona Acácia, por exemplo, fala que encontrou o afeto de que precisava na ONG – subentende-se as pessoas que fazem parte, que compõem a Instituição, que foram responsáveis por sua restauração vincular. Para ela, provavelmente, as pessoas da ONG representaram a mãe substituta/família substituta, alguém com quem se pode contar:

Elas são os amores. Essas mulheres são mães e uma mãezona daquelas que tem tempo de criar, nina e botar pra dormir. Eu digo às minhas amigas que não tive mãe, minha mãe, foi uma mulher muito “esfriada” distante. Mas eu andei, andei como eu ando hoje atrás da minha felicidade. E na ONG eu encontrei um colo muito bom, a ONG é uma mãe. Acolheu-me com todo meu pavor do mundo, com toda minha agonia, elas me educaram, me ensinaram, me deram amor, me deram carinho e hoje eu sou uma mulher realizada, posso amar qualquer coisa ou pessoa na minha vida (sic) (Acácia).

Salienta-se que esse encontro afetivo com as pessoas da ONG facilitou o confronto das mulheres entrevistadas com suas realidades violentas e possibilitou, a cada uma, a oportunidade de repensar suas relações de afetos com os demais membros das famílias. Elas afirmam que puderam, ainda, fortalecer seus vínculos, compartilhar sentimentos, atitudes e conhecimentos com seus filhos, filhas e companheiros. E, no decorrer dessas entrevistas, foi percebido que os filhos e filhas confirmavam que aconteceu, de fato, uma mudança na relação familiar, a partir das atitudes “diferentes” de suas mães com relação a eles, em virtude da convivência com a Organização Não-Governamental.

A partir dessa interação, família e ONG, cogita-se que foi desencadeado um processo de descoberta de que é possível estabelecer relações impressas, estampadas pela não-violência. Em suas falas, elas apontam, agora, ações afirmativas, em direção ao movimento para construir alternativas endereçadas a tantos outros encontros e a necessidade de encontrar e reinventar pedagogias não-violentas.

Dona Acácia compartilha, ainda, as mudanças que ocorreram nas suas relações, a partir da convivência com o grupo de mulheres na Organização Não-Governamental, onde aprendeu que não precisava bater nos filhos e netos para educá-los e, sim, através do diálogo, foram encontrando saídas que, na sua fala, perpassam gerações. Ela afirma que aprendeu que pode educá-los estabelecendo limites, através da ‘conversa com o outro’. Para Dona Acácia, a sua perceptibilidade ampliou, clarificou, quando ela pôde, também, demarcar e sinalizar que as dificuldades vividas na conjugalidade não devem se desdobrar e atingir a convivência de mãe e filhos, avós e netos:

Eu metia o pau. E depois eu passei a conversar. Depois do grupo de mulheres, depois que eu trouxe a minha filha para a ONG foi que minha vida melhorou. Eu fui vendo as coisas mais diferentes. Não é batendo que a gente resolve, não é proibindo os outros de falar que a gente vai chegar a lugar algum. Hoje eu não quero que batam nos meus netos. Tem que conversar para ver. Não é assim que a pessoa vai resolver a vida porque se o marido é ruim, o que tem a ver meus filhos com isso? Eu demorei a aprender, e foi dentro da ONG que aprendi, foi como uma luz para mim (Acácia).

Dona Margarida diz que o seu novo jeito de estabelecer as regras em sua casa, e colocar limites nas relações, é também uma forma de interromper a violência e sinalizar para a relevância da ajuda mútua e do lazer. Esse último é imprescindível para resgatar a alegria da convivência.

Também podemos parar com a violência doméstica quando respeitamos uns aos outros, obedecendo às regras, e quando nos unimos mais. Quando um tiver dificuldade, o outro pode ir ajudar. Tentamos ser verdadeiramente uma família. As regras no relacionamento, no lar, na manutenção da casa, na questão da educação e mesmo para ter um momento de lazer, e de passear juntos (risos) (Margarida).

E seus filhos, enquanto ela fala, concordam balançando a cabeça e expressam: “Nossa casa ficou mais divertida e alegre” (Lírio). Flor de Liz acrescenta: “Depois que mãe passou a frequentar a ONG, ela faz coisas com a gente sem gritar e sem bater. Além da gente ter hora para dormir, para estudar, ela não chama mais a gente de preguiçoso. É muito mais legal agora”.

Dona Orquídea fala sobre a possibilidade de negociar com a filha e o ex-marido, e acrescenta que o diálogo e os limites estabelecidos são imprescindíveis para a manutenção dos vínculos. Fala, ao mesmo tempo, sobre a importância de gratificar, de fazer um mimo, de vez em quando, para sua filha.

Nossa relação agora é assim: a vida que nós vivemos tentando dar limites sem gritos ou pancadas. Diferente, assim como eu estou falando, a mente dela é mente de adolescente, quer porque quer, e às vezes não pode. Por exemplo, ela quer uma chapinha para alisar o cabelo, mas sendo que, no momento, eu não estou podendo

comprar para ela. Então, eu recorro ao pai dela: Vamos nos juntar, a gente compra, você dá uma parte e eu dou outra; juntos, a gente realiza a vontade dela, pelo menos de vez em quando. Antes eu só dizia, aos gritos, não e acabou (Orquídea).

Dona Rosa fala sobre o desejo de exercer o cuidado, sem recorrer ao uso da força, o bater, a “pedagogia do tapa” e de assumir seus próprios limites para os filhos e filhas: “Agora eu procuro dizer aos meus filhos que eu não sou perfeita e eu erro todo dia. (risos) Mas eu peço a Deus misericórdia para cuidar dos meus filhos de uma forma melhor, sem bater (Rosa)”.

Girassol, seu filho, responde confirmando: “A senhora já cuida”.

Essa família traz, em sua fala, a presença do religioso, da “ajuda divina e misericordiosa” para educar os filhos.

Paradoxalmente, observa-se que a mesma Igreja cristã pode exercer um poder religioso respaldado em textos da Bíblia (1999) – livro de referência de fé e prática dos cristãos – na defesa da perpetração da violência física contra crianças e os adolescentes. Segundo Guerra (1998), no Séc. XVII, havia uma atenção aos textos bíblicos, por parte dos Puritanos, para legitimar a violência física contra crianças.

São exemplificados, a seguir, alguns destes textos bíblicos do Antigo Testamento, os quais são, geralmente, lidos e usados por alguns fiéis, ainda hoje, fora de contexto e da cosmovisão da época em que foram escritos:

“O que retém a vara aborrece a seu filho, mas o que o ama, cedo, o disciplina” (Provérbios, cap. 13 e versículo 24).

“Castiga o teu filho, enquanto há esperança, mas não te excedas a ponto de matá-lo” (Provérbios, cap. 19 e versículo 18).

“Não retires da criança a disciplina, pois se a fustigarás com a vara, não morrerá. Tu a fustigarás com a vara e livrarás a tua alma do inferno” (Provérbios, cap. 23 e versículos 13 e 14).

5.1.3 Dinâmica familiar e o processo de ruptura

Toda família tem sua própria dinâmica, seu ritmo, o que retrata sua forma de funcionamento e seus valores familiares. Diante disso, houve o propósito de lançar um olhar sobre a dinâmica própria da família que vive em situação de violência doméstica contra a criança e o adolescente, trazendo esta família para o palco da vida, com seus segredos, mitos e leis, compreendendo que seus membros fazem parte de um sistema aberto que não deve deixar de “fora as regras, limites e hierarquias da sociedade”. (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2006, p. 37).

Foi identificado, nesta pesquisa, que a dinâmica de uma família que vive em situação de violência física e psicológica doméstica aponta para relacionamentos conflituosos nos subsistemas; tanto entre o casal parental, quanto entre os pais e filhos e as mães e filhos.

Este drama familiar, tocado pela violência, envolve e afeta todos os membros do grupo familiar, estabelecendo relação direta com o poder que circula e, de acordo com a concepção Foucaultiana “[...] o poder não é uma propriedade, mas um conjunto de estratégias tácitas, manobras, produzindo diversos pontos de tensão e conflito” (SOARES, 2006, p. 56).

O casal parental, nesta pesquisa, estabelece uma relação com o poder desigual. Em três das famílias pesquisadas, o homem aparece como autor de violência contra a mulher. Em uma família, a mulher admite ter atuado com violência em relação ao marido e em todas as famílias entrevistadas, o casal, desempenhando o papel de pai e mãe, atuou como autor de violência contra seus filhos e filhas.

Nessa dinâmica familiar, os pais aparecem como autores de violência e os filhos e filhas como pessoas em situação de violência. Nessa configuração, a postura dos pais com relação aos filhos é marcada por abuso de poder, sendo esse poder legitimado como disciplinador (GUERRA, 1998), causando dano físico e psicológico às crianças e adolescentes

e exigindo, deles, um comportamento que não corresponde à idade e ao desenvolvimento físico e emocional.

Segundo Azevedo e Guerra (1995), existe um acordo velado, um tipo de “aliança solidária” entre os cônjuges, ou seja, dificilmente um exerce a violência doméstica contra os filhos e filhas sem a cumplicidade silenciosa do outro. Entretanto, nesta pesquisa, todos os casos em que a mulher e mãe aparece como autora de violência, ela diz ter cometido tanto a violência doméstica contra os filhos e filhas quanto a de gênero, contra o marido, e afirma ter ido em busca de ajuda, seja na ONG, seja no conselho tutelar, ou na psicoterapia com a psicóloga. Com isso, pode-se considerar que essas mulheres há muito tempo não compactuam com essa “aliança” de unir-se a um outro da dinâmica familiar violenta para alcançar o objetivo de manter a violência silenciada. Elas resgatam a fala, sua “voz e vez” quando compartilham com outras pessoas sobre suas vivências de violência. Isso pode ser considerado como um dos sinais de denúncia e do princípio do processo de ruptura. Parafraseando o Rappa, banda musical, “paz sem voz não é paz, é medo”.

Nesta Pesquisa, os mesmos pais e mães que fizeram uso da força física para impor respeito e disciplina, falam agora que houve uma modificação na dinâmica familiar.

Hoje, depois da ajuda da ONG, eu não bato em ninguém e não gosto que batam em ninguém. Hoje eu vejo o mundo diferente, e se eu agir em casa com violência, não dá, não melhora nada. Eu tenho que parar para ouvir todo mundo. Hoje, meus filhos mangam de mim porque dizem que agora eu digo: “apanhar não”. Vocês sofreram porque apanhavam assim, mas eu não vou deixar que meus netos sofram nem apanhem. Hoje é bem diferente (Acácia).

O Senhor Cravo menciona a família de origem, como núcleo de referência de aprendizado da violência doméstica, e as Senhoras Margarida e Dália compartilham dessa ideia e falam sobre as lembranças e marcas, deixadas pela violência vivenciadas com o pai, em suas famílias de origem. Bucher-Maluschke (2004, p.168) lembra que “a privação de laços afetivos sólidos na infância acarreta sérios prejuízos de ordem emocional e afetiva na família

que se constitui posteriormente.” E Ribeiro e Borges (2005) confirmam que a forma como os pais educam os filhos, respaldados pela violência, tende a ser repetida nas gerações vindouras. Contudo, dona Margarida fala sobre o desejo de não reproduzir com os filhos e filhas, o que viveu em sua família de origem.

Eu sempre procurei entender as coisas que eu não entendia. Então eu não queria ter as mesmas atitudes do meu pai, justamente, com meus filhos. Mas o tempo foi passando e eu fui procurando ajuda, fui procurando buscar na terapia, na conversa com as pessoas do grupo da ONG, aprender a lidar com cada situação. Até que um dia eu bati muito na minha filha, e nesse dia eu disse: eu não vou mais bater nela. Então, eu fui ao Conselho Tutelar e eu mesma me denunciei. Eu cheguei lá e contei a minha história e falei: eu não quero fazer isso com minha filha. E a psicóloga disse: sua filha não é você, nem você é seu pai. Ela falou isso num tom bem forte, bem ignorante que tomei aquele impacto. Desse dia em diante, eu acho que nunca mais bati nela. Espero que nunca mais isso venha a acontecer. E assim a gente vai aprendendo. Eu vou aprendendo com ela, ela vai aprendendo comigo (Margarida).

A menina, Flor de Liz, sua filha, confirma com a cabeça.

Dona Dália fala também das consequências na relação com sua mãe, depois que ela “mandou” seu pai embora de casa; a dinâmica da família mudou e as relações também. Ela diz sentir-se responsável pela mãe:

E, de repente, eu me deparei um dia com uma situação triste: minha mãe olhou pra mim e disse: “hoje a gente está com fome por causa de você, eu estou sem marido por causa de você”. Porque fui eu que tirei ele de casa, a atitude foi minha. Então, eu acho que, por isso, até hoje, ela depende muito de mim. Minha mãe se agarra muito em mim porque ela acha que eu posso resolver os problemas dela como eu resolvi naquele dia (Dona Dália).

Foi identificado nesta Pesquisa outra questão relevante: como a comunicação estabelecida por essas famílias foi modificada durante o processo de ruptura.

No primeiro momento, durante o período da violência doméstica, a comunicação entre os membros das famílias é confusa, e apresenta características de desqualificação, quando as mães falam que suas filhas e filhos são “preguiçosos”, “desobedientes”, e faz comparações do tipo: “chata como o pai”. E o casal parental apresenta, entre eles, além da desqualificação,

xingamentos e a própria falta de diálogo. Todavia, em outro momento de sua história, após intercâmbio com a ONG e, posteriormente, à psicoterapia de alguns de seus membros (mulheres e adolescentes), essas famílias aprimoraram suas “conversas” e tornaram mais claros e compreensíveis os diálogos familiares com o propósito de expressarem melhor seus sentimentos.

Na família de dona Rosa, ela admite que houve violência doméstica e fala que pôde mudar, através da “educação com amor”, do diálogo e da compreensão, que possibilita a troca de lugar entre ela e seus filhos, favorecendo o encontro sem violência. Isso faz lembrar de um escrito de Moreno (1993) quando conceituava o “encontro”, no IV Congresso Internacional de Psicodrama em Buenos Aires:

Um encontro de dois: olho a olho, cara a cara, e, quando estiver perto, arrancarei teus olhos e os colocarei no lugar dos meus; e tu arrancarás meus olhos e os colocarás no lugar dos teus; então, olhar-te-ei com teus olhos e tu me olharás com os meus (MORENO, 1993, p. 73).

Parece que dona Rosa fala que a não-violência pode favorecer o encontro com seus filhos e filhas, através de uma relação de empatia em que mãe e filhos se identificam e permitem lançar um olhar sobre o outro e sobre seus vínculos e laços afetivos.

Eu sempre digo para meus filhos que a violência começa no lar [...] e ela tem que sair do lar, deixar de existir. A meu ver, para isso, só com educação e com amor. Porque educar sem amor não adianta nada. Hoje o que eu tento passar para meus filhos é conversando, tentando compreender eles, pondo-me no lugar deles e eles se pondo no meu lugar, para eu sentir um pouco a dor deles e eles sentirem minha dor (Rosa).

Dona Orquídea diz que a sua própria vida e, conseqüentemente, a dinâmica familiar foram modificadas, devido à intervenção da ONG e à convivência com o grupo de mulheres.

Eu comecei a ver que eu estava errada ao descontar na minha filha. E tive apoio das pessoas da ONG. Eu comecei a ver que algo dentro de mim havia mudado, então

notei que eu estava me vendo diferente, que a gente pode ver as coisas diferentes, a vida fica diferente. Eu comecei a ver assim com mais alegria, minha alegria. Não era a alegria do grupo que iria me mudar, era a minha. Eu recebia a força que eu precisava no grupo. Na Organização Não-Governamental eu comecei a me ver diferente, eu comecei a enxergar tudo diferente, eu comecei a acreditar em mim. Mudou porque a maneira que eu estava, não sei explicar, era assim como um tonel fechado, com medo, sem nada. Eu passei tanto tempo sem sorrir que quando eu sorria a minha mente doía. Era como se ela tivesse fechada e a alegria a fizesse abrir. Foi isso que eu senti. Então eu comecei a sair, comecei a acreditar. Então eu comecei a mudar. Eu já não gritava mais com ela (filha). Hoje, eu falo para ela: “você é bonita”. A gente está ajudando uma a outra e aprendendo uma com a outra (Orquídea).

As famílias trazem, em suas falas, as modificações que vivenciaram na dinâmica familiar de cada uma, após estabelecerem novos vínculos extrafamiliares como, por exemplo, com as pessoas da Organização Não-Governamental.

5.1.4 Caminhos para o rompimento

Ao descrever os caminhos que as famílias entrevistadas encontraram para romper com a violência doméstica, torna-se relevante enfatizar o que foi compreendido como ruptura. Almeida (1998) expressa que a ruptura consiste em iniciativas tomadas com vista a pôr fim à relação violenta. Assinala, ainda, que pode haver formas diferentes de ruptura. Conforme Cecília Soares (2006), a ruptura é um processo que pode ter início no momento em que o sujeito começa a falar sobre a violência que está vivenciando.

Diante disso, grifa-se a importância de verificar se os vínculos estabelecidos na família favorecem ou dificultam o processo de ruptura da violência doméstica, entendendo que o ser humano precisa estar vinculado, e a família oferece o continente necessário para estabelecer estes laços afetivos.

Compreende-se que os vínculos parentais, conjugais, filiais e/ou de fratria podem ser feitos e refeitos, num contínuo movimento da dinâmica familiar. As pessoas se vinculam, enquanto estão ligadas umas as outras, e esse movimento estabelecido entre os vínculos vai dizer da qualidade de como as pessoas estão se vinculando e como elas correspondem ao

investimento emocional umas em relação às outras, no que diz respeito aos seus afetos e desafeições.

A família, como um grupo, tem um papel social de estabelecer e fortalecer os seus vínculos de pertencimento entre seus membros, mas também, de facilitar o processo de interação de seus membros com outros sistemas extrafamiliares, possibilitando a construção de nova rede social de afeto. Conforme Fonseca (2004), a família desempenha um importante papel quando facilita a travessia dos seus filhos e filhas rumo a outros grupos e às novas inserções num contexto social mais amplo.

Percebe-se, através das entrevistas, que cada família, ao narrar sua experiência marcada pela vivência em situação de violência doméstica física e psicológica, falava da fragilidade em que seus membros viviam e estabeleciam relações demarcadas por vínculos tênues: a manifestação de amor é incorporada como disciplina e punições, o cuidado é negligenciado, a proteção é excluída e o desafeto permeia as afinidades. Pondera-se que essa forma frágil de a família se vincular pode dificultar o processo de ruptura da violência doméstica.

Fonseca (2004, p.97), referindo-se à constituição da subjetividade do adolescente afetado pela violência, considera que “A fragilidade dos vínculos estabelecidos no seio da família poderá se transformar numa ameaça com repercussões significativas sobre a constituição de sua subjetividade”. Com isso, deduz-se que as relações no sistema familiar também estão sujeitas a ameaças pela forma como os seus membros – subsistemas – estabelecem seus vínculos.

Ainda assim, foi percebido nesta pesquisa que, mesmo experimentando a fragilidade vincular na experiência familiar, as pessoas que vivem em situação de violência doméstica encontram alternativas para dizer sim à vida e reagir ao sofrimento, quando estabelecem outros vínculos, num contexto social mais amplo, dando início a um processo de ruptura.

Esse processo acontece quando a pessoa, que vive em situação de violência, começa a falar para alguém – a vizinha, a tia e/ou tio, um parente, a educadora social, a professora, a psicóloga, o agente comunitário, conselheiro tutelar – sobre o que está vivendo e acontecendo de violência, no contexto familiar, rompendo com o pacto e a cultura do silêncio. Como as mulheres entrevistadas, por exemplo, que passaram a falar sobre suas dores no grupo de discussão da Organização Não-Governamental, ou até mesmo como dona Margarida, que recorreu ao Conselho Tutelar – CT, para denunciar a si mesma, como autora de violência contra sua filha, por ela relatada como “pedido de socorro e de ajuda” (sic).

Pode-se considerar que o processo de ruptura tem início quando as famílias rompem com o silêncio e continua a ganhar força e solidez quando eles e elas estabelecem outras relações para além do convívio familiar, para além de suas fronteiras (MINUCHIN, 1982). Todas as famílias entrevistadas falaram dessa interação, desse “convite da vida” para coexistir em outra sintonia relacional com outras pessoas, conforme a interação com a ONG, com a psicóloga e com a experiência religiosa.

Foi percebido, no decorrer das falas destas famílias, que suas relações foram afetadas e modificadas, no contexto familiar, após o contato de todas as famílias com a Organização Não-Governamental, surgindo, em decorrência disso, a existência de um desconforto, diante da conscientização da violência e o desejo de modificar o supramencionado cenário.

A segunda consideração, apontada pelas mesmas famílias, foi a intervenção da psicóloga, através de psicoterapia, identificada como um lugar de acolhimento e fortalecimento da autoestima, com três mulheres e duas adolescentes. E uma terceira questão a ser considerada foi a experiência religiosa, assinalada por três famílias, como elemento facilitador do processo da ruptura da violência, através da fé no transcendente, bem como da convivência com os “irmãos” (membros da Igreja), pessoas que ampliaram a rede de convívio

social da família. Procura-se, a seguir, descrever e comentar o processo de ruptura em cada uma das famílias pesquisadas.

5.1.4.1 Como cada família construiu seu caminho para o rompimento

a - O caminho traçado pela família de Dona Rosa e do Sr. Cravo

A família de dona Rosa e do senhor Cravo descreve, com precisão, os movimentos no tocante à Organização Não-Governamental, à psicoterapia e à experiência religiosa. O casal fala como eles encontraram os caminhos que apontaram para o processo de ruptura e como cada um se afetou, mutuamente. Citaram a necessidade de reconhecer e admitir que erraram na educação dos filhos, quando recorreram à violência doméstica apresentada por eles como uma “tendência para agir no impulso”. Destacaram, então, a importância de “pensar” antes de tomar qualquer atitude, como forma para interromper esse ciclo:

A tendência nossa é levar tudo ao caos, é tomar atitude impulsiva achando que é o correto, mas nós devemos parar. Pensar antes de tomar qualquer atitude é a melhor maneira de evitar a violência (Senhor Cravo).

Hoje dói saber que eu estava errada quando batia nas crianças. Hoje eu e ele (marido) conversamos sobre isso. E hoje eu peço perdão aos meus filhos; eu sei parar e dizer: filho, perdoe-me. Eu estou errada (Dona Rosa).

Esse casal discorre sobre a relevância do autoconhecimento e da ajuda mútua, provocada pela reflexão e pela leitura que os ajudaram na caminhada.

Estou lendo um livro do psiquiatra Augusto Cury que tem me ajudado muito. Ele fala assim: treinando a emoção para ser feliz. Entendeu? [...] É pensar antes de tomar atitudes; através disso, os problemas estão sendo resolvidos, graças a Deus. A violência de casa tem que ser eliminada para evitar problemas futuros com os filhos e a mulher. Rosa me ensinou isso. Mas tem que ter uma solução e uma decisão da própria pessoa quando percebe que aquilo está prejudicando a educação dos filhos. Entendeu? Eu achava que era uma coisa natural. Agora sei que não; e é uma coisa muito prejudicial pra todos nós (Senhor Cravo).

Dona Rosa acrescenta ter encontrado ajuda nas Instituições – ONG e Igreja – e também na relação com a psicóloga. Ajuda que, segundo ela, veio favorecer o processo de ruptura:

Além da instituição que procurei para me ajudar, além da igreja, além de eu mesma me conscientizar que eu estava errada e precisava de ajuda, fui também lendo muitos livros, procurando me ajudar; e o tempo que fiquei me tratando com a psicóloga foi de grande ajuda (Rosa).

Através da fala de dona Rosa, pode-se identificar outros vínculos que ultrapassaram a esfera familiar. Dona Rosa ampliou sua rede social de afeto, quando estabeleceu laços sociais com as pessoas que compõem a ONG e com os irmãos de fé – membros da igreja – e também, quando estabeleceu vínculo terapêutico com sua psicóloga.

Partiu-se do pressuposto de que Igreja, para Dona Rosa, é o lugar que congrega pessoas que possuem, em comum, valores e crenças peculiares a um determinado ser transcendente, Deus. A Igreja também pode ser a comunidade cristã onde pessoas reunidas compartilham sentimentos, atos, experiências religiosas, e estabelecem vínculos. Percebe-se, então, que sua experiência religiosa é influenciada pela crença judaico-cristã.

b - O caminho traçado pela família de Dona Margarida e seus filhos

Na fala de dona Margarida também foi identificada a presença relevante da psicóloga e do grupo de mulheres da ONG, vínculos que facilitaram seu caminhar para o processo de ruptura. Primeiro, quando diz se recusar a “transmitir” para os filhos a violência que viveu em sua família de origem, interrompendo o ciclo geracional. Pondera-se, através da fala de dona Margarida, que, ao ocorrer reminiscência do vínculo estabelecido por uma vivência de violência, suas lembranças podem dificultar e/ou adiar o processo de ruptura. Ela fala das

“marcas que ainda estão sendo saradas, marcas que o pai deixou” e ela diz ter a clareza de que não deseja repetir a história. Isso requer tempo e investimento pessoal.

Eu tento me corrigir muito para não transmitir a eles o que vivi – a Lírio e a Flor de Liz. Fazer vergonha a eles na frente das pessoas, assim como meu pai fez comigo, isso não, de jeito nenhum. Eu não quero fazer assim com meus filhos. Meu pai humilhava, agredia e batia muito. Não cuidava da gente como era para cuidar. Talvez, na época, ele não tivesse a sabedoria direito. Hoje em dia já entendo ele, mas ficaram muitas marcas que ainda estão sendo saradas, através da terapia, através do grupo da ONG (Margarida).

Ao expressar que “romper com a violência tem jeito”, dona Margarida faz sua segunda consideração, apontando o “jeito” necessário que favorece o processo de ruptura do ciclo da violência doméstica, com a implicação de todos os membros da família para fazer diferente, envolvendo todos e todas, “unidos”. Pode-se pensar que “unidos” refere-se aos vínculos de aproximação e aos laços afetivos estabelecidos no contexto familiar.

Tem que ter a participação de todos na família, unindo-se mais, sendo uma família sem violência, colaborando uns com os outros, vendo as dificuldades e respeitando o jeito de cada um; isso é o principal (Margarida).

Margarida acrescenta o respeito às diferenças, o respeito ao outro, considerando que cada um tem um jeito de ser, existir e coexistir, na relação constituída através do vínculo materno e fraterno, estabelecidos pela não-violência física e psicológica doméstica.

Cada um tem seu jeito de ser e de agir. Temos que nos respeitar: mãe respeita filho, filho respeita mãe e filho respeita filho. Acho que dá para não ter a violência assim. Fazer diferente é, como eu expliquei, unir-se, é dar um jeito de contornar a situação sem agredir verbalmente, sem pancada, mas com conversa (Margarida).

c - O caminho traçado pela família de Dona Orquídea e sua filha

Dona Orquídea descreve também o caminho que ela percorreu, reconstituindo seus vínculos, suas relações com sua família e com a própria vida. E foi através do grupo de

mulheres da ONG que, segundo ela, pôde reescrever a sua história relacional familiar. história, que se subdivide em seis fases:

Fase I- Ao entrar em contato com a ONG, ela começa a frequentar as reuniões do grupo de mulheres, onde passa a falar e compartilhar com outras. Como ela mesma afirma: “não me sinto mais só”, percebendo na fala das outras a sua problemática, identificando-se com estas.

Quando eu conheci a ONG, comecei a ir para as reuniões; comecei a ver que não era só eu que tinha problema, que tinha outras mulheres também com problemas parecidos com os meus. Então, eu comecei a ver que eu não era a única mulher que tinha problemas na família (Orquídea).

Fase II- O estado emocional em que se encontrava, quando chegou à ONG, foi descrito por ela, como uma pessoa com baixa estima e depressão, quadro próprio de quem vive em situação de violência doméstica, “Eu não tinha vontade de me arrumar, eu não tinha vontade de me ajeitar, eu não tinha mais nada. Eu perdi completamente a vontade de viver (Orquídea)”.

Fase III- A ONG ofereceu os Cursos e promoveu o grupo de discussão que, segundo dona Orquídea, foi o apoio necessário para que ela pudesse fortalecer sua autoestima, através da convivência, dos diálogos e da interação mútua, onde refez sua rede de apoio e de afeto social.

Então eu comecei a fazer o curso da ONG. Eu acreditei. No começo a gente fica assim, o novo, a gente fica sem saber o que vai acontecer. Assim, elas me apoiaram, elas me escutaram na época, elas deram a opinião delas. Foi quando eu comecei a ver, a sentir aquela união, comecei a sentir a vida. Então com o tempo eu comecei a me olhar diferente, assim, comecei a ver que eu estava muito gorda. Então, o que eu fiz, eu disse: - eu vou emagrecer, Aí aproveitando a ONG, aquelas pessoas, aquelas amigadas que eu comecei a fazer, me conquistar, né? Então começamos a dizer vamos caminhar. Uma ajudava a outra no grupo de mulheres. Foi aí que eu comecei a fazer caminhada e a emagrecer (Orquídea).

Fase IV- O trabalho a fortaleceu e lhe possibilitou outras realizações... “Então me deu vontade de fazer o que a gente tava aprendendo. Eu comecei a fazer tortas, doces e salgados e aconteceu a vontade de querer vender, trabalhar (Orquídea)”.

Fase V- O apoio da família de origem, mãe e pai, foi fundamental, nessa caminhada.

Minha mãe disse: “Vá pra escola que sua filha estuda. Vá vender lá. Pergunta lá se alguém quer comprar”. Então eu comecei a sair de casa, comecei na rua da minha casa, e depois fui saindo, fui saindo, fui na escola da minha filha. Então fui pra onde meu pai trabalhava. Na época, meu pai ainda estava vivo e me ajudou. Mas eu não imaginava que um dia poderia fazer e vender, não imaginava que estava fazendo só para sair daquela situação ali. Eu tava me agarrando àquela oportunidade, àquele apoio que tava surgindo (Orquídea).

Fase VI- O encontro consigo restaura seus vínculos afetivos, sua relação com sua filha.

Naquele momento, a oportunidade surgiu e eu a agarrei como se fosse uma corda. Jogaram uma corda pra mim, para eu sair daquele sufoco. Eu comecei a acreditar em mim (risos) quando eu comecei a ver que poderia romper com a violência... Eu comecei a acreditar em mim, eu comecei a trabalhar. Quando eu comecei a me dedicar a outras coisas, eu comecei a me amar, comecei a amar a minha filha também. Comecei a ver que eu estava errada. E quando comecei a mudar, comecei a conversar com ela e comecei a levá-la para passear. Então, tudo foi mudando, tudo foi mudando (Orquídea).

d - O caminho traçado por Dona Dália com sua família de origem e em sua família constituída

Para dona Dália, a trajetória começa em sua família de origem, e ganha sentido, quando inicia, no grupo de mulheres da ONG, e, posteriormente, psicoterapia, o apoio do marido e dos irmãos da igreja.

Fase I - Dona Dália descreve o dia em que seu pai foi colocado para fora de casa, sendo essa a forma que encontrou para romper com a violência, em sua família de origem: o

ciclo de violência de gênero (de seu pai contra sua mãe) e o ciclo da violência física e psicológica doméstica (por parte do seu pai contra ela e seus irmãos).

Meu pai entrou em nossa casa e quebrou tudo; deixou a gente sem nada, sem cama pra dormir, sem nada. De repente eu disse: esse homem não fica mais aqui. Eu tinha 17 anos e minha mãe disse: meu Deus e agora? Eu sempre fui muito decidida. Eu disse: agora ele não fica mais aqui, a senhora resolve. Eu estava cansada de ver isso. Uma vez tivemos, eu e meus irmãos, que apartar a briga deles, depois que minha irmã teve a iniciativa de fazer ele parar, porque vimos a hora dele matar mãe. Eu peguei tudo que ele tinha, tudinho, e disse: tome suas coisas. E joguei as coisas dele lá em cima. Ele disse que iria me matar. Então, ele desceu e terminou indo embora (Dália).

Fase II - Tempos depois, ela buscou ajuda na Organização Não-Governamental junto à mãe e suas irmãs; todas sofrendo as marcas da violência vivida com o pai, na família de origem.

Então eu penso que foi no momento que eu quis dar um ponto final. Foi quando eu comecei a passar mal. Eu tive muitos problemas de saúde, muitas crises. Fui socorrida. E foi assim que cheguei até a ONG. Doente eu já estava por conta da situação que vivi com o meu pai. Então, eu e minha mãe, trouxemos minhas irmãs. E nós quatro fomos para a ONG e juntas começamos a falar e a mudar (Dália).

Fase III - Para dona Dália, ela foi ao encontro da ONG; iniciativa que possibilitou o reconhecimento de que precisava de auxílio do outro, e também, para ajudar sua família constituída. Na sala de espera da ONG, ela passou a dialogar com o marido:

Eu entendi que eu tinha que me ajudar e também ajudar minha família no momento em que fui procurar a ONG, para buscar ajuda e socorro. Foi também quando meu esposo me ajudou bastante. Ele caiu na real e me pediu desculpa por ter me traído. Ele ia comigo para a ONG e lá, às vezes, enquanto esperava o atendimento, conversávamos. Então, tudo foi ficando bem. E realmente ficou tudo bem (Dália).

Fase IV - Ela fala dos vínculos com Deus e dos vínculos restaurados com a família constituída:

Hoje sou evangélica. Vou procurar Deus sempre quando precisar: nos bons e nos maus momentos da minha vida. Então, eu prefiro também estar com minha família que eu tenho: meus dois filhos e meu esposo. Tudo a gente combina agora (Dália).

Diante desses relatos, identifica-se que as pessoas que vivem em situação de violência, podem encontrar alternativas para refazerem os vínculos e estabelecerem novos laços de afetos em outros lugares que não seja o espaço doméstico, em outras relações não menos fraternais, em outros pais e mães substitutas.

O grupo de mulheres da Organização Não-Governamental serviu de apoio, de sustentação para essas famílias, as quais, através das pessoas que compõem o grupo e a Instituição – mulheres e adolescentes – puderam refazer seus vínculos, conseqüentemente puderam rever e modificar sua dinâmica familiar. Caminho que só foi possível quando cada mulher e/ou adolescente dessas famílias mencionadas pôde identificar, em sua história de vida, situações de violência, através do compartilhar, de falar com outras mulheres do grupo de apoio sobre seus sentimentos com relação à vivência de violência. O que chama a atenção, nessas famílias estudadas, é que a ruptura da violência doméstica começa a partir das próprias autoras de violência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele fez daquilo que fizeram dele (Sartre).

Em meio ao inverno, descobri que mora em mim um verão invencível (Albert Camus).

Esta dissertação teve como objetivo compreender como as famílias, em situação de violência doméstica, atendidas por uma Organização Não-Governamental – ONG, rompem com este cenário. Prontamente, a partir dessa conjuntura foram identificadas a violência física e psicológica domésticas, extraída das falas das famílias entrevistadas. A violência psicológica doméstica aparece como tortura, como uma atuação constante do autor e autora de violência em depreciar e atacar a pessoa em situação de violência, motivo de dano à autoestima, através de gritos, xingamentos e palavras grosseiras.

Por sua vez, a violência física doméstica aparece defendida pelos pais como meio de educar, como algo que faz parte da educação doméstica, através do uso da força, baseado em bater, castigos físicos e punições corporais, utilizando, para tal, os mais diversos instrumentos, tais como: cintos, colheres, cadeiras, sacos de produtos alimentícios, chinelos, cordas, mangueiras, mãos, etc.

Homens e mulheres denunciam-se como autores de violência contra seus filhos e filhas. Contudo, as mulheres, no papel de mãe, destacam-se como as principais autoras dessa violência. Elas justificam essa prática, primeiramente por desconhecer que suas ações são violentas e, em segundo lugar, por atribuir tais atos ao estresse, à falta de paciência, à falta de diálogo na família, à dor – diante da perda por morte de entes queridos e por separação conjugal –, à doença, como a depressão, e às situações de sofrimento desencadeadas pela relação conjugal violenta.

Essas mulheres dizem também que essa violência pode se intensificar diante da relação conjugal deteriorada, descarregando em seus filhos e filhas o descontentamento do desgaste ocasionado pela violência de gênero. Enquanto seus filhos e filhas atribuem essas ações violentas que sofrem a fatores que dizem respeito à própria relação com a autora de violência, a mãe, a qual bate por conta da desobediência deles, por terem discutido, “brigado” com eles. Os adolescentes se responsabilizam e se implicam nessa violência, acreditando que apanharam por terem sido culpados.

Diante disso, percebe-se que os vínculos entre mães e filhos apresentam-se estremecidos e fragilizados, mas não são rompidos, mesmo diante dos conflitos desencadeados pela violência doméstica. Nestes casos, eles permanecem vivendo no mesmo espaço demarcado por vínculo, cuja dimensão do relacionamento é de inter-relação e interdependência.

Mães e filhos constituem uma relação de afeto e solidariedade diante da violência de gênero, ocorrendo uma inversão de papéis quando os filhos e filhas unidos defendem a mãe do pai violento. Quanto à relação de fratria, os irmãos, permanecem juntos, fortalecendo, ainda mais, os vínculos fraternos. A rede espontânea de apoio acontece entre a família, com a participação dos amigos, parentes e vizinhos; ampliando a teia de proteção e apoio social com a inclusão da Organização Não-Governamental, através do grupo de discussão de mulheres e da psicóloga.

As famílias aqui apresentadas mencionaram a convivência conflituosa entre o autor de violência e a pessoa em situação de violência, e relataram o quão difícil é compartilhar o mesmo espaço de tensão e violência. Nesse momento de tensão, pais e filhos, mães e filhos, marido e mulher estabelecem referenciais de afetos marcados por sentimentos ambivalentes.

Foi identificado que a vivência da violência física e psicológica doméstica diz respeito a um ciclo dinâmico, onde aflora um processo que envolve expectativas, frustrações,

violências, dores e marcas, por parte dos pais, no que diz respeito aos filhos e filhas. Esse ciclo faz conexão com outro maior, em que todos e todas são atingidos: o ciclo da violência doméstica contra a criança e o adolescente interliga-se ao ciclo da violência de gênero, mesmo considerando que, tanto um quanto o outro são vividos de forma particular por cada pessoa que praticou ou sofreu as violências, e que ambos são afetados por uma conjuntura social, política, cultural e histórica.

A família estabelece vínculos, constituindo relações de acordo com desigualdades de poder, gênero, hierarquia e idade. Em três das famílias estudadas, o homem aparece como autor de violência contra a mulher. Em uma, a mulher admite ter atuado com violência em relação ao marido e, em todas as cinco famílias entrevistadas, o casal, desempenhando o papel de pai e mãe, atuou como autor de violência contra seus filhos e filhas.

Três das mulheres rompem o vínculo conjugal, separam-se dos seus maridos como forma de romper com a violência de gênero, diferentemente de dois casais - Dona Rosa e o Sr. Cravo, e Dona Dália e o Sr. Lótus - os quais não se separam, mas re-significam os vínculos violentos, sem romper com os vínculos de convivência, confirmando que, necessariamente, não é preciso romper a relação, mas é fundamental, imprescindível, romper com o vínculo violento.

Todas as famílias destacam a importância da interação com a Organização Não-Governamental - ONG e a participação das mulheres e adolescentes no grupo de discussão da entidade. A partir dessa interação – família e ONG – cogita-se que foi desencadeado um processo de descoberta de que é possível estabelecer relações não violentas. Sabe-se que os pais têm a função social de estabelecer limites, de prover cuidados e proteção. No caso dessas mães, todas falaram que aprenderam no grupo de mulheres da ONG que, para educar seus filhos não é necessário cometer violências, e que podem estabelecer limites através do diálogo – “conversando com o outro”.

Acrescentam que o diálogo estabelecido na família é fundamental para a manutenção do vínculo afetivo. Falam do novo jeito de estabelecer as regras, na casa e nas relações com os filhos, colocando limites como forma de interromper a violência, destacando ainda a importância da ajuda mútua e do lazer, este último, considerado imprescindível para o resgate da alegria na convivência.

As famílias sinalizam que a ruptura da violência doméstica contra a criança e o adolescente começa a partir da quebra do pacto do silêncio, ao estabelecer relações para além do convívio familiar, quando mulheres e adolescentes compartilham, falando sobre as violências vividas, apropriam-se do conhecimento do que é violência e descobrem que podem refazer os seus vínculos de afeto, rever e modificar sua dinâmica familiar, além de encontrar caminhos para o processo de ruptura desta violência.

Para essas famílias, a ruptura é um processo que pode ter início no momento em que a pessoa em situação de violência doméstica começa a falar com alguém – a vizinha, a tia e/ou tio, um parente, a educadora social, a professora, a psicóloga, o agente comunitário, o conselheiro tutelar – e estabelecer vínculos de confiança. Todas as famílias entrevistadas falaram desse encontro, desse “convite da vida” para coexistir em outra sintonia relacional com outras pessoas, como, por exemplo, a interação com a ONG, com a psicóloga e com os membros da igreja, compartilhando suas crenças e experiências religiosas.

Foi percebido, no decorrer das falas dessas famílias, que suas relações foram afetadas e modificadas no contexto familiar, após o contato de todas as famílias com a Organização Não-Governamental, surgindo, em decorrência disso, a existência de um desconforto, diante da conscientização da violência e do desejo de modificar o cenário familiar.

Segunda consideração foi a experiência religiosa, assinalada por três famílias, como elemento facilitador do processo da ruptura da violência, através da fé no transcendente, bem como, da convivência com os “irmãos” – membros da Igreja, pessoas que ampliaram a rede

de convívio social da família. Talvez essa seja mais uma forma de estabelecer vínculos e de romper com a violência, considerando que a própria compreensão de religião diz respeito a um conceito de relação, ligação de um eu com um outro ser divino, e o reunir-se com os outros irmãos – membros da igreja.

E uma terceira questão a ser considerada, apontada pelas mesmas famílias, foi a intervenção da psicóloga, através de psicoterapia, identificada como um lugar de acolhimento e fortalecimento da autoestima, com três mulheres e duas adolescentes.

A psicóloga, enquanto agente terapeuta e analista social, estabelece relação entre cliente/paciente, evidencia a dimensão restauradora do vínculo que não está presa ao consultório. A Clínica psicológica, hoje, é uma clínica social vinculada a construções políticas e culturais, que compreende a mulher, o homem, a criança, o adolescente em seu aspecto relacional e social, como sujeito da relação, da cultura e da história.

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, este estudo não se arvora a generalizações, muito menos a esgotar as possibilidades de investigações que o tema suscita. Portanto, espera-se que este trabalho provoque o interesse de outros/as profissionais e teóricos/as em aprofundá-lo, e que venha a colaborar na fomentação de políticas de prevenção e redes de enfrentamento da violência doméstica contra a criança e o adolescente, possibilitando que tantas outras famílias possam construir novos caminhos no processo de ruptura dessa violência.

REFERÊNCIAS

- ABRAPIA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA. **Proteção e Prevenção**: Guia de Orientação para Educadores. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados. 1997.
- ALDRIGHI, T. Família e Violência. *In*: CERVENY, C.M.O. (Org.). **Família e**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 197-220.
- ALMEIDA, S. S. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- AMARAL, L. R. O. G.; MATTIOLI, O. C. Acidentes infantis e violência doméstica. *In*: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. C. (Org.). **Gênero e violência**. São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 2004. p. 143-164.
- AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica contra criança: uma questão de gênero? *In*: AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P.; STREY, M. N. (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 259-289.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **A Violência de pais contra filhos**: Procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1984.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Crianças Vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Mania de Bater**: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Ed. Iglu, 2001.
- BÍBLIA. **Provérbios 13:24, 19:18 e 23:13-14**. São Paulo: Ed. Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.
- BUCHER-MALUSCHKE, J. S. M. F. Vínculos, afetividade e violência: desafios para a família e a sociedade. *In*: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J.; HERMANNNS, K. (Org.). **Direitos humanos e violência**: desafio da ciência e da prática. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 157-170.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

CAMARGO, C. L.; BURALLI, K. O. **Violência familiar contra criança e adolescente.** Salvador: Ultragraph Ed., 1998.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *In*: CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M. C.; SOS-MULHER. (Org). **Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62

CLAVES, CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE JORGE CARELI. **Notificações de maus-tratos contra crianças e adolescentes.** Rio de Janeiro: CLAVES. 2002.

DAMERGIAN, S. Entre a vida e a morte: a violência contra a infância nos grandes centros urbanos. *In*: STEINER, M. H. C. F. **Quando a criança não tem vez: violência e desamor.** São Paulo: Pioneira, 1986. p. 1-15.

DELEGACIA do idoso. Disponível em:<http://reparede.com.br/recife/comunidade/noticias/posts/delegacia-do-idoso-existe-veja-onde-fica--255672>>. Acesso em 20 de julho de 2009.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil.** 6.ed., São Paulo: Ed. Contexto, 2007. p.84-106.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **No dia-a-dia dos idosos de PE, drama, violência e esperança.** Disponível em:http://www.pernambuco.com/diario/materias/dias_melhores/esp_dias.shtml>. Acesso em 20 de julho de 2009.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio Século XXI:** o minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias:** da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Vozes, 2004.

FONSECA, C. M. S. M. S. O Adolescente e a violência: um olhar crítico sobre a família contemporânea. *In*: AMAZONAS, M. C. A.; LIMA, A. O. (Org.) **Famílias:** diversos dizeres. Recife: Bagaço, 2004. p. 79-101.

FONTANA, V. J. **The maltreated child:** the maltreatment syndrome in children. Springfield III: Charles Thomas, 1971.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed., Petrópolis: Vozes, 2008. p. 79-108.

GELLES, R. J. **Family violence**. 4.ed., Londres: Sage, 1982.

GIL, D. G. **Violence against children: physical abuse in the United States**. 8. ed., USA: Harvard University, 1978.

GPCA, GERÊNCIA DE POLÍCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pe.gov.br/gpca/vitima2008vd.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2009.

GREVEN, P. **Spare the child**. New York: Vintage Books, 1992.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3. ed., São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 13 de setembro de 2008.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Violência doméstica em 3º no ranking do Disque Denúncia**. Disponível em: <<http://jc3.uol.com.Br/2009/03/02/not/-193109.php>>. Acesso em 11 de maio de 2009.

LEMOS, F. C. S.; GUIMARÃES, J. L.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. A produção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. *In*: ARAÚJO, M. F., MATTIOLI, O. C. (Org.) **Gênero e violência**. São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 2004. p. 87-110.

MACEDO, R. M. S.; KUBLIKOWSKI, I. Família e Gênero. CERVENY, M. O. (Org.) **Família e...narrativas...rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 30-46.

MACHADO, D. A.; ARAÚJO, D. F. Violência de gênero: quando o homem é a vítima *In: ARAÚJO, M. F., MATTIOLI, O. C. (Org.) Gênero e violência*. São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 2004. p. 37-52.

MINAYO, M. C. S. O significado social e para a saúde da violência contra a criança e adolescente. *In: WESTPHAL, M. F. (Org.) Violência e criança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 95-114.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27. ed., Petrópolis: Vozes, 2008. p. 9-29.

MINUCHIN, S. **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MORENO, J. L. **Fundamentos do Psicodrama**. 2. ed., São Paulo: Summus Editorial, 1983.

MORENO, J. L. **Psicoterapia de Grupo e Psicodrama**. 2. ed., Campinas: Editorial Psy, 1993.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. 12. ed., São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

NEVES, M. F. R. Violência contra a criança escrava no século XIX. *In: O Estatuto da Criança e do Adolescente*. Uma problemática de todos nós. São Paulo: Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, ano II, nº. 1, jan./jun.. 1992.

OCHOTORENA, J. P. **Maltrato y abandono infantil: identificación de factores de riesgo**. Espanha: Victoria-Gasteiz, 1988.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo**. 6.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PISZEZMAN, M. L. R. M. Família e Estrutura: a abordagem estrutural e a terapia de família *In: CERVENY, C. M. O. (Org.). Família e*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 149-195.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do Século XVI. *In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das crianças no Brasil*. 6. ed., São Paulo: Ed. Contexto, 2007. p. 19-54.

REY, A. *Dictionnaire Historique de la Langue Française*. Paris: Dictionnaire le Robert, 2000.

RIBEIRO, M. A.; BORGES, L. M. Violência física e psicológica na família: investigação e intervenção sobre a dinâmica familiar. *In: COSTA, L.F.; ALMEIDA, T. M. C. (Org.). Violência no cotidiano: do risco à proteção*. Brasília: Universa: Líber Livro, 2005. p.29-41.

ROJAS-BERMÚDEZ, J. G. *Introdução ao psicodrama*. 3.ed., São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1980.

RUIZ, Z. A. Dinâmica familiar e o abuso da criança. *In: KRYNSKI (Org.) A criança maltratada*. São Paulo: Almed, 1985.

RUIZ, J. M.; MATTIOLI, O. C. Violência psicológica e violência doméstica. *In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. C. (Org.). Gênero e violência*. São Paulo: Ed. Arte e Ciência, 2004. p. 111-141.

SANTOS, M. F. S. Representações sociais e violência doméstica. *In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. (Org.). Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 132-145

SOARES, C. T. **Ruim com ele, pior sem ele?** Limites e possibilidades de ruptura de violência conjugal. Rio de Janeiro: Cim / UFRJ / Cedim, 2006.

SOUZA, L. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. *In: SOUZA, L., TRINDADE, Z. A. (Org.) Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 57-74.

TARDIEU, A. **Ètude médico-legale sur lês sevices et mauvais traitements exercés sur dêsenfants**. Disponível em: <<http://web2.biumunivparis5.fr/livanc/?p=361&cote=90141x1860x13&do=page>>. Acesso em: 19 agosto de 2008.

VECINA, T. C. C. A violência intrafamiliar contra criança e adolescente. *In: NETO, J. C. S.; NASCIMENTO, M. L. B. P. Infância: violência, instituições e políticas públicas*. São Paulo: Expressão e Arte, 2006. p. 53-59.

WALKER, L. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

ANEXOS

ANEXO I

**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004



Recife, 25 de fevereiro de 2008

PARECER Nº 009/2008 – CEP UNICAP

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião do dia 22 de fevereiro de 2008, considerou **APROVADO**, o Projeto de Pesquisa registrado com o CAAE-3800.0.000.096-07 (CEP-072/2007), intitulado:

“FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: é possível romper com este cenário?”, que tem, como pesquisador principal:

Profa Dra. ALBENISE DE OLIVEIRA LIMA (PSICOLOGIA)

RESUMO DO PARECER

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuremberg para experimentação humana.

O Relatório Final deverá ser entregue em janeiro / 2009, conforme cronograma apresentado no Projeto de Pesquisa aprovado.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar o CEP UNICAP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
 Pró-reitor Acadêmico – PRAC
 Universidade Católica de Pernambuco

Profa. Dra. Armanda Saconi Messias
 Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
 Coordenadora Geral de Pesquisa
 Universidade Católica de Pernambuco

SAS 3375.4-0
 25/02/2008 17:24:37

ANEXO II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título: Família em situação de violência doméstica: é possível romper com este cenário?

Eu, Albenise de Oliveira Lima, professora e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco, juntamente com Ilcéia Alves Soares, mestranda em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco, estamos convidando vocês, que constituem essa família, para participar, como voluntários, de uma pesquisa sob nossa coordenação. Assinando este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, vocês, enquanto família, estarão dando o seu consentimento livre e esclarecido para que todos (crianças, adolescentes e adultos) participem como voluntários do projeto de pesquisa supracitado.

Assinando este termo de consentimento, os senhores e as senhoras estarão cientes de que:

- 1 O objetivo da pesquisa é compreender como as famílias em situação de violência doméstica, atendidas por uma Organização Não-Governamental (ONG), rompe com este cenário;
- 2 Suas participações (inclusive dos seus filhos crianças e adolescentes), nesta pesquisa, constarão em responder a uma entrevista coletiva, semidirigida, partindo do uso de uma técnica de associação livre sobre o tema e, posteriormente, seguindo um roteiro de perguntas sobre a violência doméstica; com duração de mais ou menos uma hora, a qual será gravada;
- 3 Foram dadas todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação da família na referida pesquisa;
- 4 A família estará livre para interromper, a qualquer momento, sua participação na pesquisa, sem nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição;

5 Os dados pessoais da família serão mantidos em sigilo. Os resultados gerais obtidos, através da pesquisa, serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada. Os benefícios relacionados com a participação da família na pesquisa dizem respeito à redução da violência doméstica e, conseqüentemente, à redução de faltas ao trabalho e faltas à escola.

6 Não há riscos físicos ou de saúde relacionados com a participação da família.

7 No caso de necessitar apresentar recurso ou reclamações em relação à pesquisa, a família poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Católica de Pernambuco, que funciona na Pró-reitoria acadêmica da UNICAP, localizada na rua Almeida Cunha, 245, Santo Amaro, Bloco G4, 8º andar, CEP 50050-480, Recife, Pernambuco, Brasil, ou através do telefone (81) 2119-4376, Fax (81) 21194004, endereço eletrônico: pesquisaprac@unicap.br

8 Vocês receberão uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar, a qualquer momento, suas dúvidas sobre o projeto e sobre suas participações.

Recife, _____ de _____ de 2007.

Dados da pesquisadora:

Nome: Albenise de Oliveira Lima

Endereço: Universidade Católica de Pernambuco, rua Almeida Cunha, 245, Santo Amaro, Bloco G4, 7º andar, sala B1.

Telefone: 21194172

Assinatura das pesquisadoras:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de nossa participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora nos informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Católica de Pernambuco, com endereço acima descrito.

Recife, _____ de _____ de 2007.

Assinatura dos participantes da pesquisa, inclusive crianças e adolescentes:

ANEXO III

1. Histórico da Organização Não-Governamental

A ONG foi criada em janeiro de 1991, em virtude das preocupações das fundadoras com a violência vivenciada por mulheres de todas as idades, em particular aquelas que se encontravam em condições de pobreza nas comunidades da periferia dos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR).

As convicções e os objetivos desta Organização Não-Governamental, em relação à luta contra a violência doméstica, sexual e sexista tem suas raízes na consciência política e compromisso pessoal com a causa das mulheres. A ONG dedicou-se à militância sócio-política na busca de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e fraterna, e, acima de tudo, respeitosa os direitos humanos, em particular das mulheres e adolescentes.

Ao longo destes 17 anos, foram desenvolvidas ações de atendimento direto:

- às pessoas vulneráveis e vítimas da violência doméstica, sexual e sexista.

E indireto:

- formação e capacitação de gestores públicos;
- formação de profissionais de saúde;
- formação de professores da rede municipal de ensino;
- formação de profissionais de outras diferentes áreas e lideranças comunitárias; e

- proposição e controle social de políticas públicas, por meio da atuação permanente em espaços de articulação, como mobilizando a sociedade através de passeata, audiência, manifesto e outros atos públicos.

Hoje, a ONG tem uma ação estruturada e legitimada no âmbito da sua intervenção na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica, sexual e sexista, sentindo-se parte das conquistas que aconteceram na sociedade nesse campo.

Atualmente, a ONG:

- Tem uma representante no Conselho da Mulher de Olinda e do Fórum de Mulheres de Pernambuco.
- É membro da Coordenação Colegiada de Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco.
- Compõe o Comitê de Combate ao Tráfico de Seres Humanos de Pernambuco, Articulador Nacional do Grupo Ecpat Brasil, filiado à Ecpat Internacional (Rede Mundial de Enfrentamento à Violência Sexual e Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins Sexuais).

2. Missão

Prevenir, enfrentar e desconstruir a violência doméstica, sexual e sexista, através do estímulo ao afeto, à autoestima, à cidadania e ao protagonismo de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e famílias, priorizando populações socialmente excluídas, na efetivação dos direitos humanos e na construção de uma cultura de paz.

3. Valores

- Trabalhar a prevenção, o enfrentamento e a desconstrução da Violência Doméstica Sexual e Sexista - VDSS na perspectiva multidimensional.
- Valorizar a metodologia Afetiva-lúdico-vivencial.
- Coerência entre a teoria e prática.
- Adquirir, socializar e construir, coletivamente, a garantia dos direitos e deveres
- Ética nas relações humanas e com o meio ambiente.
- A participação, o fortalecimento da democracia, e o controle social.
- A construção de relações solidárias com afetividade, e com credibilidade e respeito.
- Na família, na escola e na comunidade como atores de proteção.
- No acolhimento e na re-significação das dores e das violências sofridas.
- No poder da convivência e do compartilhar em grupo, valorizando a fala e o diálogo.

4. Crenças

Acreditamos que...

- É possível viver sem violência doméstica sexual e sexista.
- Nas relações livres do preconceito, da desigualdade social e de qualquer tipo de discriminação.
- Que o ser humano pode ser protagonista de sua própria história.
- Na transformação do ser humano e no direito da concretização de seus projetos de vida.

- Na responsabilidade do ser humano com seu próprio corpo, com sua casa, sua comunidade e com o planeta.
- No poder da feminilidade.

5. Visão de Futuro

- Desenvolver e disseminar metodologias eficazes de prevenção e enfrentamento da violência doméstica, sexual e sexista, influenciando políticas públicas.
- Garantir a sustentabilidade institucional.
- Ser ativo na construção de uma sociedade com relações sem violência, sem desigualdades, onde a solidariedade seja uma prática comum.

6. Objetivos

- Utilizar uma abordagem sistêmica, processual e participativa para atingir os objetivos e metas definidas, otimizando os procedimentos e os resultados em prazos viáveis e compatíveis com a capacidade institucional.
- Criar mecanismos e instrumentos facilitadores da atuação da ONG na construção e implementação das políticas públicas.

7. Metodologia

A metodologia é conceituada como Afetiva-lúdico-vivencial.

A base inicial da metodologia é identificar as organizações populares existentes na comunidade e, a partir daí, identificar as lideranças femininas que serão elos fundamentais da proposta para a formação dos grupos de reflexão e de Prevenção à Violência – GP.

Este grupo de prevenção à violência doméstica, sexual e sexista tem como finalidade abordar diversas temáticas, tais como as relações de gênero, família, sexualidade, violência, protagonismo, poder, construindo um método de trabalho com pessoas baseado no afeto, na construção coletiva do conhecimento, no empoderamento e na crença de que o ser humano pode ser feliz.

O grupo, através do compartilhar, possibilita que suas participantes, mulheres e adolescentes, façam um caminho em que cada pessoa possa identificar em sua história de vida situações de violência e possam falar desses sentimentos fazendo um caminho para identificar sua reprodução contra seus filhos e contra outras pessoas.

Através dos Grupos de Prevenção à Violência favorece-se a socialização do conhecimento e estimula-se o despertar da confiança necessária para uma abertura pessoal perante o grupo. Essas pessoas na maioria das vezes, relatam experiências carregadas de dor, sacrifício, lutas e conquistas.

Esta metodologia de trabalho com mulheres vem sendo construída, ao longo dos anos, oferecendo atendimento psicológico, social, pedagógico e jurídico. Paralelamente ao seu processo pessoal, há um processo de formação para o exercício da cidadania e a participação das mulheres e adolescentes em oficinas de capacitação para o trabalho com cursos profissionalizantes como elemento importante na busca e construção de sua autonomia financeira e psicológica.